

BOLSA PVNS – EDITAL Nº 21/2018 PROCAD/ AMAZONIA/ CAPES

Professora Maria Geralda
de Almeida

- * Projeto de pesquisa: “Povos Subalternos no Amapá”
- * Relatório de 2018 a abril de 2020
- * Relatório de 27 de abril de 2020
- * Relatório final Setembro 2020
- * Relatório PROCAD Analítico 2018-2021
- * Relatório Final Assinado e com o parecer da professora Amanda da PROPESPG

Povos subalternos no território do Amapá e presenças nos planos de desenvolvimento estadual

Contexto do Projeto

Amapá é o primeiro estado brasileiro a ter todas as terras indígenas demarcadas. Na faixa de terras que se estende do estado do Amapá ao norte do Pará, há 8 terras indígenas demarcadas – sendo 7 homologadas – onde se distribuem, atualmente, 10 grupos indígenas Galibi Marworno, Palikur, Karipuna, Galibi do Oiapoque, Wajãpi, Aparai, Wayana, Tiriyo, Katxuyana e Zo'é. Esses nomes assumidos pelos grupos indígenas após diversos processos migratórios, fusão, guerras ou alianças, conforme relatado por viajantes a partir do século XVII. Portanto, as fronteiras entre esses grupos não eram muito bem definidas. A adoção de políticas indigenistas, desde o século XX, pelos governos do Brasil, da Guiana Francesa e do Suriname que influenciou a definição de fronteiras entre os grupos étnicos na região. (GALLOIS e GRUPIONI, 2009), População Indígena em 30 de junho de 2016: 11.952.

No caso da população negra O primeiro foco de povoamento essencialmente para o Amapá, com inclusão do negro, aconteceu a partir de 1771, quando cerca de 114 famílias são transferidas para Nova Mazagão(5) , atual município de Mazagão, habitado em sua maioria por negros e que tem como referência a realização da secular festa em louvor a São Thiago. Afora o município de Mazagão, diversos outros povoados de população negra surgiram ao longo da história do Amapá, como resultado de fugas e outras formas de formação de núcleos populacionais, tais como as fazendas. Da herança colonial, surgiram diversas vilas, principalmente nos municípios de Mazagão, Macapá, Santana e Calçoene, sendo a base da economia desses lugares a agricultura e a criação de animais para a subsistência. Em 2005, o estado possuía 594.843 habitantes sendo negros 463.941 e brancos 127.445, ou seja 78,0 % era negra.

Este contexto social é pouco investigado; Contudo, um Dinter da UFAP com a UFG a findar em 2019, pelo menos 3 doutorandos têm como tema comunidades negras (modo de vida, identidade territorial, quilombos urbanos) não focando, todavia, as políticas e o desenvolvimento.

Insumos

Veículo para a pesquisa de campo

Combustível

Hospedagem em Oiapoque (uma semana)

Material de gabinete (cópias de xerox, papel, cartucho de tinta, pen drive para cópias)

Problema enunciado

Este projeto foca os negros e indígenas como povos subalternos adotando a concepção de Spivak (1998, p.12) para quem o termo subalterno descreve “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante.” A concepção de subalternidade é, assim, uma leitura crítica da sociedade, neste caso, do Amapá..

Há 30 anos que Amapá tornou-se politicamente, estado, uma unidade federativa autônoma com capacidade de se auto-organizar; elaborar sua própria constituição; se autogovernar; escolher seus representantes do executivo e legislativo, estadual e federal; criar sua Assembléia Legislativa; e fazer seus próprios planos de desenvolvimento. Com a estadualização estimulou-se reflexões sobre sua nova realidade buscando ainda alternativas econômicas compatibilizando-as com a proteção ao seu patrimônio natural e com sua comunidade autóctone. Diante desta intencionalidade declarada cabe alguns questionamentos:

-de que maneira as políticas estaduais de desenvolvimento “protegem” a comunidade autóctone e seus resultados?

-como os povos negros se fazem presentes nas representações políticas e econômicas do estado?

-que concepções de desenvolvimento prevalecem nestes 30 anos nos planos estaduais?

-qual o contexto atual da condição subalterna destes povos e cenários possíveis no futuro?

Assim, nosso problema é: As políticas propostas pelo estado do Amapá denotam um reconhecimento para com as especificidades culturais das comunidades negras e indígenas e, qual rebatimento que elas tiveram social e econômico?

Relevância.

Esta investigação tem como norteadora a subalternidade dos negros e indígenas, vinculando esta condição com uma imposição de políticas econômicas e sociais do governo estadual.

Os Objetivos:

1. Investigar os planos de desenvolvimento dos últimos 30 anos no que tange ao previsto para as comunidades negras e indígenas.
2. Cotejar os planos com sua aplicação e execução em áreas específicas das comunidades investigadas.
3. Analisar o contexto social e econômico contemporâneo dos negros e indígenas no Amapá.
4. Apresentar um prognóstico diante do contexto analisado

Uma vez estes objetivos alcançados seus resultados poderão servir de instrumentos para empoderamento as comunidades negras e indígenas em suas demandas sócias e econômicas; fortalecimento destes povos e possibilitar que eles se tornem sujeitos com autonomia e direitos atendidos; reavaliação das políticas de desenvolvimento existentes para estas comunidades; consolidação de parcerias entre a Universidade e estas comunidades; interesse para estudos que tenham uma aplicabilidade de seus resultados na Geografia, Ciências Sociais, Economia, Direito e Antropologia entre outras.

Discussão teórico-metodológica * 0 / 9000

As lutas para se manterem na terra nas quais, buscam assegurar sua sobrevivência a despeito de ausência de políticas sociais, de assistência técnica e de financiamentos agrícolas é notório no que diz respeito às comunidades indígenas e negras no meio rural. Nos interessa, sobretudo, analisar o contexto destes sujeitos no estado do Amapá.

Para tanto, propomos uma análise rigorosa dos planos de desenvolvimento estadual nos últimos 30 anos do estado do Amapá, consulta a hemeroteca em igual período. levantamento bibliográfico incluindo documentos oficiais, teses e dissertações e pesquisa de campo para observar, ouvir dos negros e indígenas suas leituras e interpretações do proposto pelo estado como desenvolvimentista. Como pesquisa qualitativa selecionaremos, após um reconhecimento prévio, aquelas mais apropriadas para este estudo por ter sido contemplada com a ação prevista,

Nesta reflexão é pertinente recorrer ao confronto ideológico proposto por Todorov (2003), por meio da imagem do “eu” e do “outro”. Ao olharmos para o “outro”, deparamo-nos com a diferença, ou seja, valores individuais ou grupais constituídos de símbolos culturais que podem gerar atração e ou repulsa.

Esta discussão sobre esta dualidade entre o “eu” e o “outro”, aproxima-se daquela que Almeida (2003) adota ao discutir sobre a busca da poética do sertão feita no contraponto do conhecimento científico (o discurso dos eruditos,

dos de “fora”) com o conhecimento popular (construído pelos de “dentro”, com base na vivência e experiência dos sertanejos).

Esses valores reforçam as diferenças, pois deixam claro o antagonismo entre os de “dentro”/ “eu” e o “outro”/ “de fora”, este último, muitas vezes gerador de relações que podem ser vistas, conforme Raffestin (1993), como trunfos de poder que justificam o domínio por meio do qual fazem do “eu”, a exemplo do indígena, um “outro”.

Em outra perspectiva o “eu,” pode ser o intelectual que julga poder falar pelo outro, o subalterno e, por meio dele, construir um discurso de resistência. Em se tratando do subalterno, ele é o “outro”, por sua exclusão que se revela na ausência de políticas sociais e ou exclusão dos planos desenvolvimentistas. No caso do sujeito, Guiddens (2002) afirma que contemporaneamente o processo de identificação produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam, podendo ser um instrumento da exclusão por ser “índio” e/ ou “um negro” o que nos leva, neste estudo, a incluir uma discussão sobre a identidade.

A identidade para Castells (1999) é definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Isso vale ser posto para entender os subalternos desta pesquisa. Como subalterno e pobre o assentado estão inseridos na mesma classe social, nos espaços de subalternização em que se inserem para sobreviverem, encontram o cerceamento de suas vozes. A não visibilidade do subalterno o torna desprovido de qualquer acepção de direitos, afirma Cantalice Neto (2015). Inicia-se a imposição do silêncio com a doutrinação do subalterno. Ele, na condição de inferioridade em que se encontra, passa a não ter voz.

Referencias

ALMEIDA, M.Geralda. Em busca da poética do sertão. In Almeida, M.G. Ratts A. P.(orgs) **Geografia:leituras culturais**.Goiânia:Ed. Alternativa, 2003.

CANTALICE NETO, Abdias. O subalterno e o discurso como resistência: uma dupla subalternidade, pobre e preso. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 32-52, 2015.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**.São Paulo:Paz e Terra, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes. 2004

FURLIN, Neiva. **É possível uma sociologia do sujeito?** Uma abordagem sobre as teorias de Foucault e Touraine. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, no 29, jan./abr. 2012, p. 274-311

GUIDDENS,A. **Modernidade e Identidade**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003

GALLOIS, D. T.; GRUPIONI, D. F. Povos indígenas no Amapá e norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam. São Paulo:

INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO INDÍGENA.
Museu do Índio, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo, 2009.

LACERDA, Inês Araujo. **Foucault a crítica do Sujeito**. 2ª Ed. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Atica, 1981

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

PLANO DE TRABALHO

Maria Geralda de Almeida

Período de 2018 a setembro de 2020.

2018

1-Discussão com os Cursos de Pós-Graduação sobre minha colaboração nas disciplinas e aprovação de datas para serem ofertadas.

a) Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional

- Epistemologia e Metodologia de Pesquisa 5 créditos (colaboração)

-Projeto de Pesquisa - 3 créditos

b) Pós-Graduação de Estudo de Fronteira

-Sociedade, Cultura e Fronteira (colaboração)

-Territórios de fronteira e identidades- 3 créditos

c) Pós-graduação em Ciências Ambientais

1. Cartografia Social - 2 cré.

2. Cultura Ecológica e Biodiversidade- 2 créditos

2. Propostas de Colóquios e Encontro

Possuem temas destinados aos 3 cursos de pós-graduação, sobre temáticas que levarão a desenvolver o espírito crítico e ampliar o referencial teórico ao construir *papers* para serem apresentados oralmente.

1. Desenvolvimento regional: falácias e realidades -
2. Fronteiras: políticas e fronteiras sociais: superações por quais políticas?
- 3 Proposta de realizar um evento com as instituições parceiras sobre o tema propostas e estratégias de desenvolvimento econômico concebidas e realizadas em 30 anos
- 4-Iniciar a pesquisa na cidade de Macapá

2019

- Oferecer duas disciplinas, uma em cada semestre.
- Realizar os dois colóquios-
- Participar de bancas de qualificação e de defesa.
- Realizar contatos para fortalecer as relações com instituições de ensino da Guiana Francesa e de Roraima
- Dar continuidade a pesquisa em Oiapoque e Macapá

2020

- Oferta de duas disciplinas.
- participar de bancas de qualificação e de defesa.

Dar continuidade à pesquisa

- Caso tenha tido aprovação: Realização do encontro com as universidades parceiras para avaliação das estratégias de desenvolvimento econômico no Tocantins e no Amapá.
- Produção de artigos com base na pesquisa.
- Relatório final.



Maria Geralda de Almeida

Em 13 de julho de 2018

**PROGRAMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA NA AMAZÔNIA
EDITAL Nº 21/2018 PROCAD/ AMAZONIA**

PROCESSO Nº 23038.005350/2018-78 –CAPES

PROJETO: **CONSTRUÇÕES DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AS
DINÂMICAS TERRITORIAIS DO AMAPÁ E TOCANTINS: 30 anos de desigualdades e
complementaridades**
Instituição UNIFAP

Pesquisadora Senior – **Maria Geralda de Almeida**

Relatório de novembro de 2018 até abril de 2020

Atividades realizadas

Foram realizados 7 encontros com professores e discentes da UNIFAP no ano de 2019. 3 visitas à instituição proponente do Procad sendo 1) Fevereiro/março; 2) maio/junho; 3) 29 set a 12 de outubro. O quarto ocorreu na cidade de Palmas-TO, período de 27 a 30 de novembro durante o encontro dos três parceiros do PROCAD. Em 20 de fev. 2020 foi realizada uma reunião com os discentes do MDR para organização do evento: Encontro comemorativo dos 14 anos de existência do MDR. Na condição de colaboradora da organização discutimos sobre conferencistas, mesas-redondas e participação de discentes. No dia 2 de março foi feita outra reunião com discentes e o prof. Gutemberg Vilhena, coordenador local do evento .

Relato, portanto, as atividades acadêmicas vinculadas ao Mestrado de Desenvolvimento Regional , à Pós-Graduação da Unifap e, ao projeto de pesquisa proposto para a bolsa de pesquisadora.

1) Unifap – Fevereiro/ março 2019

a) Reuniões com os professores Antonio Sergio M. Filocreão (coordenador do Curso de Mestrado de Desenvolvimento Regional-MDR) e prof. José Francisco Ferreira para discutir sobre minha contribuição apresentando o Plano de Trabalho.

b) Presença na Aula Inaugural do Mestrado de Desenvolvimento Regional-MDR .ex-governador do estado do Amapá, João Alberto Capiberibe.
11/03/2019

c) Participação de reuniões com os docentes para o Planejamento Estratégico do Mestrado de Desenvolvimento Regional- 27/02/2019 e 12/03/2019

d) Reunião com pós-graduandos do Mestrado Profissional em Estudos de Fronteira dia 28/02/2019

e) Apresentação do Projeto de Pesquisa” Povos subalternos no território do Amapá e presenças nos planos de desenvolvimento estadual” para os pós-graduandos do MDR.4 (quatro) pós-graduandos demonstraram interesse em

participar do mesmo: Evandro Siqueira, Marcileia Lopes, Luan Patrick dos Santos Silva, Lucia Tereza Ribeiro.

f) Colaboração com a Pós-Graduação da Unifap 25/02 a 08/03. no processo de produção dos Relatórios Sucupira para a Capes. Reunião com a Pró-Reitora de Pós-Graduação, profa. Amanda S. Fecury e o prof. Dr. Fernando Medeiros, o Coordenador da Pós-Graduação para a discussão sobre os procedimentos. Foi feita a leitura e recomendações dos seguintes Relatórios: Mestrado Profissional de Estudos de Fronteira, Mestrado de Desenvolvimento Regional, Mestrado de Ciências Ambientais, Mestrado de Ciências da Saúde.

Obs: de março a maio de 2019 fiz **leitura e recomendações para trabalhos da disciplina ministrada pelo prof. Tostes**, da Pós-Graduação, de Ferdinand Duroseau, Evandro Siqueira, Jonilson Vilhena, Luan P. Santos Silva.

Outras

1. Ida ao Incra para apresentar o Projeto de Pesquisa. Contato Gersuliano Pinto, coordenador dos P.As e PAE's, no Incra. 25/02/2019 e 15/03 entrei naquele órgão com o processo 54000.035054/2019-33 solicitando os dados referentes Projetos.
2. Visita ao município de Afuá, durante 3 dias, para conhecimento de práticas extrativistas na pesca do camarão.

Segunda Presença na Unifap. 16 de junho a 05 de julho

a) 03/07/2019. **Trabalho de campo** no Projeto de Assentamento Agroextrativista de Maracá, com os pos-graduandos Evandro Siqueira, Luan Patrick e Marcileia Lopes.

b) **Entrevistas** com técnico e lideranças dos movimentos sociais:

- 1) Rogerio C. Flexa-Presidente da Associação dos Agroextrativistas de Maracá
- 2) Aldemir Alves. Associação dos Castanheiros
- 3) Irene Borges. Associação das Mulheres Produtoras do PAE de Maracá.
- 4) Rocilda Xavier. Associação das Mulheres da Foz do Maracá.
- 5) Francinaldo Costa Oliveira- Técnico da Assistência Rural –Rurap.

c) **Na Unifap.**

1) 02/07/ 2019 **reunião com os professores do MDR** : Jose Alberto Tostes, Jadson Porto, Marco A. Chagas e o coordenador prof. Antonio Sergio M. Filocreão recomendei:

- aumentar o número para 2 mestrandos por orientador, atualmente sendo um;
- rever a presença, no Mestrado, de docentes que participam de até 4 Cursos de Pós-Graduação. Sugeri discutir a produção e a dedicação em cada Curso para ver a pertinência de manter o professor com este perfil, no MDR;
- estabelecer número de candidatos por linha de pesquisa no processo seletivo e, após a seleção já definir o orientador para avançar na seleção; atualmente o mestrando fica um semestre ou mais sem orientador;
- realizar seminário interno procurando se servir do momento para melhorar as dissertações;
- fazer cotas para quilombolas e mestrandos no MDR, processo inexistente na Pós-Graduação da Unifap e que favorece a inserção social do Mestrado;
- procurar envolver em projetos para desenvolvimento destinados aos quilombolas e indígenas para fortalecer a Inserção Social e os pontos fortes do MDR;
- ampliar publicação em periódicos, diversificando a produção centrada em livros e na revista local Pracs.

Obs:período de julho a setembro colaborei:

- 1) Estimulando os pós-graduandos Evandro Siqueira e Luan Patrick a submeterem comunicação no evento 3º Seminário Internacional da Rede TP3 - Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas e 9ª Conferência Internacional da ASTRES Data: De 06/11/2019 a 09/11/2019 em Belem-PA
- 2) Envio de edital IPEA- bolsa para mestrandos para Lucia Tereza Ribeiro.
- 3) Para a coordenação do MDR alertando para o edital da Capes- Portugal, [Edital nº 22/2019](#) que trata do Programa [CAPES-FCT](#),
- 4) Apresentação ao Coordenador e a Pro-Reitoria de Pós-Graduação dos professores franceses Theo Jacob e Catherine Aubertin para possível colaboração como prof. Visitante estrangeiro.

Terceira Presença na Unifap 29/09 a 12/10/2019

1. Visita ao Bioparque, projeto da Prefeitura Municipal de Macapá, na qual fui entrevistada e divulgada em Jornal Nacional da Globo no dia 12/10/2019.

2. Colaboração na disciplina :Ecologia Política, 32 h. ministrando 9 horas (dias 09 e 10/10) e colaborando na realização de uma mesa-redonda, (dia 05/10, 3 horas) com lideranças representativas de movimentos sociais, presidentes de cooperativas. As lideranças foram: Cooperativa Mista Agroextrativista dos Produtores do Vale do Jarí - COOPERFLORA (Castanha); Cooperativa Agrícola da Gleba do Matapi - AGROPORTO (açai) e Cooperativa Dourada dos Produtores de Pescados do Município de Santana - DOURADA (Pescado).

3. Ida ao Inbra para reforçar meu empenho em ter os dados para o projeto de pesquisa.

4. Na Organização das Cooperativas do Brasil - OCP/AP participei de uma reunião cuja pauta foi sobre a formação dos consórcios para a compra de equipamentos, sobre capacitações e sobre assistência em Arquitetura e Urbanismo., convidada pelo prof. Jodival M. Costa.

5. Visita ao Centro Integrado de Formação para Pesca e Aquicultura, em Santana, com o prof. Jodival Costa.

6. Planejamento para o encontro das instituições do Procad no período de 27 a 29/11, em Palmas, TO., com a apresentação do relatório de campo no PAE Maracá, dos 3 mestrados.

7. Convite ao prof. Jodival M, Costa para participar do evento Seminario Internacional Sobre Territorio y Cultura SEMITEC 20 a 23/11 2019 -Rionegro, Antioquia-Colombia. Inscrição no evento.

8. Envio, para o referido seminário do resumo : “Agroextrativistas assentados: subalternos na política desenvolvimentista no estado do Amapá- Brasil”. Posteriormente , em janeiro, envio do artigo em espanhol, publicação em um livro ([anexo 1](#))

9. Encontro com a coordenadora do recém criado Mestrado de Geografia, profa. Daginete M.Chaves Brito para discutir colaboração em atividades em 2020.

As atividades para 2020 serão discutidas e apreciadas no encontro das instituições parceiras em Palmas, nos dias 27 a 29 de novembro, conforme sugestão do prof. Antonio Filocreão, coordenador do MDR.

Submissão de artigo para publicação, sobre a pesquisa a revista Nera. Em avaliação (em anexo 2).

Quarta presença 19 de fevereiro a 4 de março 2020

- 1) **UNIFAP**- 20 de fevereiro. Reuniao discentes do MDR para organização do evento: Encontro comemorativo dos 14 anos de existência do MDR. Na condição de colaboradora da organização discutimos sobre conferencistas, mesas- redondas e participação de discentes. No dia 2 de março foi feita outra reunião com discentes e o prof. Gutemberg Vilhena, coordenador local do evento .
- 2) 21 de fevereiro- visita a Funai- entrevista com o superintendente do AP da Funai
- 3) 23 a 28 de fevereiro- Trabalho de campo em área indígena do Oiapoque. Visita a aldeias indígenas, à Funai local e à Saint-Georges na Guiana Francesa. Entrevistas aos indígenas participantes do Curso Intercultural e aos professores da UF do Oiapoque. Discente do MDR –Evandro Siqueira.
- 4) Inscrição no evento 6 AIBR em Vila Real- Portugal. Titulo: “Povos indígenas em fronteiras e sem fronteiras: (des(re)territorializações e territorialidades fragilizadas no Amapá-Brasil”(anexo 3)

Em fins de março, o evento comemorativo dos 14 anos do MDR, que realizaria no período de 28 a 29 de maio foi cancelado pela crise do coronavirus.

Aguardo o material do evento realizado em novembro 2019 , em Palmas, para realizar a apresentação. Presentemente elaboro o relatório das entrevistas e campo realizado em março, redigo o artigo para o evento do 6AIBR

Artigo para publicação em parceria com o mestrando Evandro Siqueira, em elaboração : Precarização de Território Indígena no Oiapoque e impactos em povos fragmentados na fronteira Brasil-Guiana Francesa.

Em abril de 2020



Maria Geralda de Almeida

Anexo 1

Agroextractivistas de la reforma agraria, subalternos en las políticas públicas en el estado de Amapá

Agrarian reform agroextractivists, subalterns in Amapá's public policy

Maria Geralda de Almeida¹

Resumen

El Inkra, responsable de la reforma agraria, reconoció la existencia de diferentes formas de ocupar tierras y relacionarse con la naturaleza y creó una modalidad de gestión en conjunto, atribuyendo a las asociaciones del Proyecto de Asentamiento Agroextractivo-PAE su participación en la gestión. El propósito de este artículo es analizar si esta asociación causó el empoderamiento de los asentados o si fue una estrategia para el autoritarismo del Inkra. Los procedimientos metodológicos fueron a través de entrevistas con los gerentes de las asociaciones y agroextractivistas, análisis de documentos del Inkra y de la asociación principal complementando con lecturas de tesis, disertaciones pertinentes al tema. Se puede deducir que desde el inicio, el Inkra adoptó procedimientos inapropiados, los asentados tienen discrepancias con sus intenciones, en sus acciones e incluso en la administración. El Inkra actúa con autoritarismo, omisión y su negligencia empobrece el Plan de Utilización, el principal documento para la gestión del asentamiento.

Palabras clave: plan de utilización; gestión participativa; Inkra; política de asentamiento.

Abstract

The creation of the Agroextractivist Settlement Project – PAE, at Amapá's south, allowed the installation of a populational parcel that lives through silviculture exploration. INCRA, the responsible for agrarian settlements, recognized the existence of different forms of land use and of nature-society relations and has created a modality of joint management, which attributes PAE's associations a participation in the management. This essay's objective is to analyze if the partnership caused settler empowerment or if it was an

¹ Profesora Doctora en Geografía de IESA / UFG y MDR / UNIFAP

Becaria Senior de Procad/Amazonia. Aviso de Convocatoria Pública No. 21/2018. "Construcciones de estrategias de desarrollo regional y la dinámica territorial de Amapá y Tocantins: 30 años de desigualdades y complementariedades". MDR/Unifap.

Rua Ruy Brasil Cavalcanti, 189, apto 902- 74.140.140. Goiania GO Brasil
mgdealmeida10@gmail.com

Sincero agradecimiento a la valiosa colaboración del presidente de Atexma.

authoritarian strategy by INCRA. The methodological proceedings were interviews with managers of the associations and agroextrativists, analysis of INCRA's and the main association's documents, and bibliographical research of theses and dissertations pertinent to this subject. It can be deduced that INCRA, from the beginning, has adopted inappropriate procedures, the settlers have intentional dissonance in their actions, intentions and even in management. INCRA acts by being authoritarian, it makes omissions and its neglect impoverishes the Utilization Plan, main document for the settlement's management.

Key-words: Utilization plan; participative management; Incra; Settlement policy

Presentación

Después de casi tres décadas de existencia, el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria - Inca, reconoció en los años sesenta, la importancia de contemplar en la política nacional de reforma agraria, la necesidad de respetar las diferentes formas de ocupar el suelo y de relacionarse con la naturaleza. En este sentido, basado en las demandas de las propias comunidades y asociaciones, en 1996 se definió una nueva modalidad de asentamiento, el Proyecto de Asentamiento Agroextractivista - PAE. (Inca, 1996).

Santana (2012, 18) lo presenta de esta forma: "Los asentamientos agroextractivistas son (...) modelos de asentamientos destinados a las poblaciones tradicionales para explotar la riqueza natural a través de actividades económicamente viables y ecológicamente sostenibles".

Desde la creación de los PAE y de su herramienta de gestión, surgen dos inquietudes: ¿Cómo esta forma de organizar y gestionar la política pública, de reconocimiento de los derechos a un territorio, repercute en la vida de los pueblos y las comunidades que pasan a ser agroextrativistas?, ¿La creación del PAE y el instrumento de reglas formales para mediar en las relaciones locales y cotidianas permitieron fortalecer la participación de los agroextrativistas en la gestión ambiental junto al Ibama y el Inca?

En este texto, pretendemos buscar respuestas a estas preguntas, con la intención de debatir sobre los agroextrativistas y las condiciones resultantes de su subordinación.

En cuanto a la elección del rumbo metodológico, elegimos la investigación bibliográfica y la investigación cualitativa. Los instrumentos utilizados fueron la lectura de tesis, disertaciones, entrevistas semiestructuradas con los presidentes de 3 asociaciones, con los agroextractivistas y consultas a los documentos de la asociación principal.

El PAE como política de protección de recursos forestales

Esta nueva forma de política agraria configurada en la Amazonía, inauguró un espacio político diseñado para permitir negociaciones de estas comunidades con el poder público y otros actores sociales. Hasta el año de 2017, se crearon 403 PAE en la *Amazonía Legal*. Según la tabla 1.

Tabla 1: PAE de la Amazonía Legal

Estados brasileños	Cantidad de Asentamientos Agroextractivistas	Área (hectáreas)	Familias Asentadas
Acre	12	319,136.322.2	1,395
Amapá	21	734,224.811.7	6,862
Amazonas	50	604,3729.689	21,928
Pará	320	333,0517.389	72,396

Fuente: Inkra, Panel de los Asentamientos, 2017.

Maia (2012) señala que el PAE abre un espacio para la participación de las familias asentadas, ya que supuestamente esta modalidad de asentamiento es la gestión participativa a través de su el Plan de Utilización - PU, que es considerado por el Inkra como un "reglamento" (Inkra, 1996) para el uso de áreas históricamente ocupadas, que ya tienen sus propias formas de apropiación y uso de recursos naturales.

El PU sería entonces la herramienta de gestión del PAE. Representa una gestión innovadora entre la asociación local, el consejo deliberativo, y el Inkra como última entidad. En su primera concepción, esta debía actuar solo en casos en que la comunidad no pudiese resolverlos; actualmente actúa como gerente permanente de la Asociación.

Basado en las normas del Inkra, la concepción del PU se debería construir de manera participativa y tendría dos momentos distintos (Inkra, 1996). En el primer momento, se realizarían reuniones en los lugares con mayor concentración de residentes,

con la participación de líderes representativos, comunidades y técnicos. En estas reuniones se realizaría la “concientización” de la comunidad sobre la importancia de crear el PAE e involucrar a los residentes en el proceso de desarrollo individual y local para construir un PU. Arnstein (2002) se refiere a este momento como terapia e información que "los hace conscientes".

En el segundo momento, el documento elaborado alcanzaría el análisis y recibiría las enmiendas sugeridas por la comunidad, después de los ajustes propuestos, el documento sería presentado para su aprobación en la Asamblea General, enviado al Inca para su legitimación, mediante su publicación en el Diario Oficial. Al completar estos pasos definidos por el Estado y aprobados por la comunidad, el documento se convertiría en el instrumento legítimo para la gestión racional de los recursos naturales en el dominio de la Comunidad.

Sin embargo, en un estudio sobre Proyectos de Asentamientos Agroextractivistas en la Amazonía, las autoras Sousa y Costa (2016) registran los testimonios de agroextractivistas que revelan una elaboración diferente de la propuesta por Inca para el PU. Efectivamente, en la práctica, la elaboración de los planes no correspondía con lo planeado y previsto como conveniente en las normas del Inca. Además, la misma inconsistencia ocurrió en el Plan de Utilización de Maracá que adoptó, conducido por técnicos del Inca y/o terceros, con algunos ajustes, un PU existente hecho para un Proyecto de Extractivismo en Acre; es decir, se minimizó la contribución de la comunidad en el proceso de construcción. La elaboración del PU en aquellos Proyectos de Asentamientos de acuerdo con esas autoras, solo obedeció a la formalidad de la reunión, aprobar el plan, un hecho entendido como suficiente para cumplir con el estatuto de participación. Sin embargo, según Arnstein (2002), esta participación estaba en el nivel mínimo de concesión. En Maracá no hubo una reunión para la elaboración del PU por parte de los agroextractivistas, asunto que después se comentará.

Sobre la participación ciudadana o el control ciudadano, Arnstein (2002) advierte que el discurso ha estado impregnado de retórica y eufemismos engañosos. La autora establece una escala de ocho niveles de participación: manipulación, terapia, información, consulta, pacificación, asociación, delegación de poder, control ciudadano. En los 2 primeros niveles se considera la no participación, y gradualmente los siguientes 3 niveles

se cambian a niveles mínimos de concesión y los últimos 3 alcanzan el nivel de poder ciudadano.

Según Sousa y Costa (2016, p.7), la construcción del PU en los PAE habría sido "otro instrumento construido autoritariamente por el Estado, sin tener en cuenta la cultura local, la forma de vida, la voz de las comunidades y las peculiaridades del medio ambiente físico", limitándose la mayor parte del tiempo a informar lo que se pretendía hacer.

Como ya mencionado en la introducción, la creación de los PAE y la regularización de la tierra llevada a cabo en la Amazonía Legal a través del Tratado de Autorización de Uso Sostenible, en sus siglas en portugués, TAUS, otorgado por la Secretaría de Patrimonio de la Unión - SPU, no ha alterado la estructura agraria y la distribución de la tierra. Pero los PAE han sido fundamentales para mantener las prácticas de una profunda relación del hombre con los recursos naturales, la conservación de los bosques y la liberación de las familias que aún tenían viejas obligaciones de entregar parte de su producción a los "jefes" e intermediarios.

En el caso de Maracá, históricamente a fines del siglo XIX, las tierras de *Mazagão* eran propiedad del coronel José Júlio de Andrade, un recolector de caucho que dominó la región durante el ciclo del caucho. A principios del siglo XX, se puede ver en el sur de Amapá la dominación del espacio en la figura de este coronel. Según Filocreao (2007) en el mismo período en que el coronel José Júlio de Andrade dominó el Valle de Jarí, su socio, el capitán Crispim de Almeida, controló el río Cajari. Ya en el río Maracá, en la década de 1920, estaba bajo el control de un señor del noreste conocido como "coronel" Vicente Freire.

Según Lins (2001, p.48): "Vicente Freire explotaba castañas, caucho y otros productos nativos, y también era rico. Pero por estar enfermo con beriberi, se deshizo de su negocio y se regresó a Rio Grande del Norte". Para Sills, 1991 (*apud* Flexa, 2013) a fines de la década de 1930 en Maracá, los ríos y las plantaciones de castaños se vendieron a la empresa privada de propiedad extranjera: Agro-Industrial de Amapá, empresa japonesa. Esto amplió la cantidad de productos vendidos, incluyendo nísperos, serbal, madera, etc., pero la compañía no estaba interesada en el control absoluto de la vida de los habitantes del río.

Sin embargo, la empresa Agro-Industrial se vendió a un grupo norteamericano en la década de 1960. Esta empresa, llamada Jari, modifica sus operaciones en la región, cuyo interés se convirtió en la especulación de tierras y la extracción de minerales, pasando a segundo plano a los productos forestales, en su etapa inicial. Vendida una vez más, Almeida (1984) señala que los nuevos propietarios se limitaron a arrendar la tierra a los productores de castaña de Brasil.

Varios otros propietarios se han sucedido desde entonces hasta que el Inca decidió intervenir en la regularización de las tierras. Da inicio las expropiaciones que quedaron sin rumbo hasta 1988, cuando se crearon los PAE Maracá I, II y III. Según Filocreao (2002), algunos de los comerciantes que actuaban en la región se convirtieron en ganaderos con el dinero acumulado en el comercio extractivo; ellos se expanden con la cría de búfalos y vacunos y dos de estos hacendados están incluidos dentro del área del PAE Maracá. Estos animales invaden las plantaciones, incluso hoy en día causan numerosos conflictos con los productores agroextractivistas. Además, las granjas no solo desordenan el espacio agrícola del asentamiento, sino que también impiden que los residentes locales disfruten de los recursos naturales existentes. Inclusive, se prohíbe el acceso a las castañas de Brasil y *Hevea brasiliensis*, pues no tienen autorizaciones adecuadas, situación que los residentes señalan en el diagnóstico realizado por Inca (2004) y en los informes actuales de los agroextractivistas.

La creación del PAE Maracá fue el resultado de la lucha de los agroextractivistas y aliados que tuvo lugar durante la década de 1980. Mediante la Resolución del Inca N°. 627, del 30 de julio de 1987, se creó la modalidad del Proyecto de Asentamiento Extractivo, con el objetivo de la "explotación de áreas dotadas de riqueza extractiva, a través de actividades económicamente viables y ecológicamente sostenibles, a ser realizadas por las poblaciones que ocupan u ocuparán esas áreas".

Además, el Inca continúa con sus atribuciones y responsabilidades: Adquisición de tierras, Creación de proyectos y selección de beneficiarios; Aporte de recursos crediticios; Apoyo para la instalación y crédito para producción; también, la infraestructura básica como carreteras de acceso, agua y electricidad y, Titulación, es más, la Concesión del Uso de los recursos de esa tierra; Los beneficiarios son generalmente oriundos de comunidades agroextractivistas. ¿Pero quiénes son ellos en Amapá?

Los agroextractivistas y sus territorios en Amapá

En el estado de Amapá hay 54 asentamientos rurales de acuerdo con los criterios del Inca, que ocupan un área total de 2,244.755.99 hectáreas y atienden a una audiencia de 14,826 familias (Filocreao y Silva, 2016). En cuanto a la jurisdicción de los asentamientos creados, 43 son responsabilidad del Inca, 9 del gobierno estatal a través de IMAP, 1 del municipio de *Laranjal do Jari* y 1 de Icmbio. La creación de proyectos de asentamientos se inició en la década de 1980 y entre ellos se encuentran agroextractivistas..

Son 21 PAE. En el municipio de *Mazagao*, se crearon tres asentamientos con la mayor capacidad para número de familias (5,350) y , con el mayor número de familias asentadas. Estas características de tamaño se deben al hecho de este municipio estar ubicado en un área tradicional de extracción de castaña de Brasil y asaí.

Cabe destacar que el sur de Amapá fue durante casi tres siglos una porción en la que se concentra la castaña de Brasil. Este producto es de gran importancia para el extractivismo para un segmento significativo de los residentes de las comunidades ubicadas en Resex Cajarí y actualmente en el PAE Maracá. Para ilustrar, los datos de PEVS-IBGE de 2018, se registran la producción de castaña de Brasil en el 2018 en el estado de Amapá, en 437 toneladas y se produce expresivamente en los municipios del norte del estado: Mazagao (103 toneladas), Vitoria do Jari (246 toneladas) y Laranjal do Jari (89 toneladas).

El 27 de octubre de 1988, se crearon en el municipio de Mazagao, los proyectos de Asentamientos Extrativistas Maracá I, II y III con un área de 363.500 hectáreas, siendo uno de los primeros Proyectos de Asentamientos Extractivistas creados en Brasil. El 28 de abril de 1997, los tres proyectos se unificaron y se denominaron Proyecto de Asentamiento Agroextractivista de Maracá, totalizando un área de 569.208 hectáreas (INCRA, 2004). Este PAE es el asentamiento rural más grande del estado y su población es de aproximadamente dos mil personas.

La principal aglomeración urbana dentro del PAE es Villa Maracá. En esta villa se encuentra la Escuela de Familia Agroextractivista Maracá (Efaexma), que capacita a

jóvenes en prácticas extractivas y agrícolas, y una Unidad Básica de Salud - UBS. El poblado concentra las residencias de la mayoría de los agroextractivistas (Silva; Lomba; Filocreao, 2012). Villa Maracá se destaca entre otros lugares con establecimientos comerciales como farmacias, supermercados, restaurantes y bares. Algunos residentes son antiguos agroextractivistas que actualmente se dedican a pequeños emprendimientos allí existentes. En este pueblo se encuentra la sede administrativa de la Asociación de Trabajadores Agroextractivistas de PAE Maracá-Atexma.

La Atexma se estableció el 28 de octubre de 1991 y su organización administrativa electa se compone por 6 miembros, con un mandato de tres años. Inicialmente, según Little y Filocreao (1994), los principales líderes recibieron apoyo financiero de fuentes externas para ayudarlos en las actividades organizativas de los asociados. Atexma es el socio de Inkra en la gestión del PAE. Sin embargo, desde 2009 se crearon otras asociaciones en ese PAE, un total de 08, que según informa el actual presidente, actúan en esta función junto con Atexma.

La economía básica de los asentamientos es la agricultura de pequeño porte, de carácter eminentemente familiar asociada con el extractivismo vegetal. En general, predomina el cultivo anual de pequeños productores, centrándose especialmente en el cultivo de yuca, utilizada en la producción de harina y en algunas situaciones, en conjunto con otros cultivos, como el arroz y los frijoles. La yuca es la principal fuente de alimentos e ingresos de los pequeños agricultores. (Silva, et. Al., 2012).

La extracción de la castaña del Brasil es una fuente de generación de ingresos en la región, y también se utiliza para el sustento familiar, la fabricación de galletas y dulces, etc. Contribuye también para satisfacer las necesidades básicas de este segmento de la población: la agricultura, el cultivo de árboles frutales, la pesca y otras actividades complementan los ingresos y el consumo de las familias.

Aunque los datos oficiales de la Producción de Extracción Vegetal y Silvicultura - PEVS del IBGE (2018) no revelan, la producción de caucho en el estado de Amapá es significativa porque genera un ingreso para los agroextractivistas, como se puede observar en la investigación de campo a lo largo de 2019 en el municipio de Mazagão, con especial mención al PAE Maracá. A su vez, la producción de castaña del Brasil se concentra solo en la región sur del estado, como ya se mencionó.

Si consideramos ambos productos en la producción de la Región Norte, el primer lugar en la producción de hevea, el látex coagulado fue ocupado por Amazonas con 445 toneladas, que es la mitad de la producción brasileña con 875 toneladas. Amapá, por su pequeñez, ni siquiera tenía sus datos catalogados. En el caso de la castaña, la mayor producción también provino del estado de Amazonas con 12,161 toneladas. (PEVS-IBGE, 2018) bastante superior a los datos de Amapá. Si la producción de Amapá es inexpresiva a nivel regional, localmente la castaña del Brasil es extremadamente valorizada. Con estos productos los asentados agroextractivistas tienen la garantía de un ingreso para asegurar su sustento y existencia.

Además, es importante reforzar la ausencia del Estado y la fragilidad de los incentivos a las políticas públicas, como la falta de infraestructura para la conservación y la venta de productos. La omisión y la fragilidad de las políticas contrarrestan el bajo estímulo, la precariedad del agroextractivismo y de quienes lo practican, de esa forma, alimenta la subordinación de quienes sobreviven de los recursos forestales.

¿Por qué los agroextractivistas son subalternos?

Los agroextractivistas amazónicos son conocidos por sus dificultades para permanecer en la tierra, en las cuales buscan asegurar sus medios de vida a pesar de la falta de políticas sociales, falta de asistencia técnica y financiamiento agrícola que son notorios. Al nombrarlos como subalternos, es importante aclarar su comprensión como sujetos y presentar su contexto en el estado de Amapá.

En esta reflexión es pertinente comenzar con el origen de quién nombra a quién. Para ello, recurrimos a la confrontación ideológica propuesta por Todorov (2003), a través de la imagen del "yo" y el "otro". Cuando miramos al "otro", encontramos la diferencia, es decir, valores individuales o grupales formados por símbolos culturales que pueden generar atracción o repulsión.

Esta discusión sobre esta dualidad entre el "yo" y el "otro", se aproxima a la de Almeida (2003) que adopta cuando discute sobre la búsqueda poética del "*sertao*" realizada en contraposición del conocimiento científico: el discurso de los eruditos, de los "forasteros" con conocimiento popular construido por aquellos de "adentro", basado en la experiencia de los *sertanejos* (interioranos). Esta confrontación de discursos también

puede evocarse al referirse a las políticas y sus concepciones burocráticas distantes de las realidades regionales y sus necesidades. Los "forasteros" con imposiciones de modelos considerados como desarrollados, piensan que tienen el poder de llevar el progreso a los de "adentro", "los atrasados".

Estos valores refuerzan las diferencias, pues dejan claro el antagonismo entre el de "adentro"/"yo" y el "otro"/"de afuera", este último, generando a menudo relaciones que pueden verse, según Raffestin (1993) como triunfos de poder que justifican el dominio a través del cual hacen del "yo", como ejemplo el asentado, el "otro".

Cuando se trata del subalterno, él es el "otro", por su exclusión que se revela en la ausencia de políticas sociales y/o exclusión de los planes de desarrollo o incluso por su identidad, como se discutió anteriormente.

La identidad, es formada y transformada continuamente en relación a las formas en que somos representados o desafiados en los sistemas culturales que nos rodean. Puede ser un instrumento de exclusión por ser "asentado" y/o "un extractivista" que nos lleva en esta línea, sobre los agroextractivistas, a incluir una discusión sobre la identidad. Para Castells (1999) la identidad se define históricamente, no biológicamente, adquiriendo multiplicidad a lo largo del tiempo y la ocasión. Las identidades de los excluidos son dolorosas y sus espacios marcados por las luchas.

Esto sirve para entender a los subalternos de este estudio. Como son pobres y subalternos, los agroextractivistas están inseridos en la misma clase social, en los espacios de subordinación en los que se insieren para sobrevivir, encuentran la fragilidad de sus voces. La falta de visibilidad del subalterno lo hace desprovisto de cualquier sentido de derechos, dice Spivak (2010) y confirma Cantalice Neto (2015). La imposición del silencio comienza con el adoctrinamiento del subalterno, incluso en las llamadas situaciones de "participación", se le ofrece información y se le pide que la acepte. Él, en la condición de inferioridad en la que se encuentra, pasa a no tener voz, lo que no impide, tratar de expresarse. Ahora, dadas las características de los Planes de Utilización, se presume que si estos no serían una forma institucional y formal de dar voz a los subalternos; o al contrario, si los Planes no constituirían un instrumento de manipulación de la participación, en las palabras de Arnstein (2002).

En su disertación sobre las reglas establecidas sobre el uso de recursos en este PAE, Flexa (2013) los distingue entre formales e informales. Para la autora, las reglas formales que impregnan la relación de los agroextractivistas con el medio ambiente están constituidas por el Plan de Utilización - PU y la Concesión de Derecho Real de Uso - CDRU. El primero fue formulado para consentir el uso de recursos y sanciones, si se violan las reglas en el espacio delimitado para el agroextrativismo. El segundo es el documento que garantiza el uso de dicho espacio. Los dos documentos son partes integrales, los cuales conducen a la formalización, por escrito, y contemplan las relaciones entre los agroextractivistas, y estos con el medio ambiente. Si bien se reconoce la importancia del CDRU, la prioridad para la discusión en este artículo será solo para el PU.

Rueda (1995) reflexiona sobre la importancia del PU, basándose en la definición del gobierno: "Este plan es el instrumento administrativo para demostrar que el uso de los recursos naturales será autosuficiente, no dañará el medio ambiente y respetará a la legislación ambiental vigente" (Rueda, 1995, Cudha apud, 2010, p. 201).

Las peculiaridades que conforman los PAE deben ser consideradas en la elaboración del PU. Sin embargo, para el PU de Maracá en 1995, no se llevaron en cuenta, pues, su elaboración fue el resultado de adaptaciones de un PU preparado para llevar a cabo el uso de los recursos de la Reserva Extractiva del Alto Juruá, en el estado de Acre.

El informe de 1995 de la IEA, el antiguo Instituto de Estudios de la Amazonía y de la institución alemana Konrad-Adenauer-Stifung - KAS, registra que las reuniones se celebraron del 26 al 30 de agosto de 1995 en la comunidad central de Maracá, con el fin de "discutir, modificar y aprobar el documento final del plan". A estas reuniones "comparecieron aproximadamente 600 personas, de las cuales 219 eran pobladores locales y los debates tuvieron lugar para llegar a un consenso" (IEA & KAS, 1995, p. 02, *apud* Incra 2004).

No obstante, se nota por el propósito de las reuniones, que los agroextractivistas no participaron efectivamente en todas las etapas, porque según el texto, comenzaron con la discusión del Plan elaborado mientras que por las normas del Incra el paso inicial sería con la redacción del mismo; además, fueron excluidos de la redacción del texto final del

Plan de Utilización de Maracá, ya que consta haber sido elaborado por terceros para el Proyecto, es decir por la IEA y la KAS (Inkra, 2004).

Este Plan formulado a fines de 1995, duró hasta 2009. Algunas reglas de uso ya no se adecuaban a las demandas locales, y en marzo de 2008 se realizaron 5 foros de debate con la participación de la junta de la Atexma, líderes comunitarios, representantes de la municipalidad de *Mazagao*, representantes del Consejo Nacional de Recolectores de Caucho (CNS) y también los asentados. Estos debates, tuvieron lugar inicialmente en la Villa do Maracá, con la participación de 60 personas el primer día y 42 el segundo; después en la comunidad de *Cafezal/Tabatinga*, con 42 personas el primer día y 26 el segundo; y terminando en la Comunidad *Conceicao*, con 113 personas. En comparación con el proceso que tuvo lugar en 1995, se observa que el número de participantes en la discusión del PU fue menor. Programado para dos días de trabajo llama la atención sobre la pérdida significativa de asistentes en el segundo día en todas las comunidades. La intención era actualizarlo, adaptarlo a la nueva Concesión de Derecho Real de Uso, de acuerdo con los problemas de la comunidad, registrados en las actas de los foros de discusión. ¿Cómo justificar la falta de interés de las personas en las reuniones cuando pretendían actualizar el Plan de Utilización?

Casi 18 meses después, el 6 de agosto de 2009, el Incra solicita al Instituto del Medio Ambiente y Planificación Territorial del Estado de Amapá – IMAP, su opinión sobre la compatibilidad de los cambios con la legislación estatal ambiental vigente. La respuesta llegó el 28 de agosto, con la observación de que: posibles descubrimientos científicos, el uso productivo de cultivos permanentes, la conservación y mantenimiento de los empleos, la cría de peces en cautiverio y las intervenciones referidas al subsuelo, de las cuales IMAP hizo algunos análisis y propuso que fuera mejor escrito y verificado de acuerdo con la legislación específica. En octubre de 2009, el PU fue finalizado y legitimado por el Incra.

En el primer PU hubo 11 ítems, con 53 párrafos. En el actual, algunos párrafos se han dividido y se ha creado un ítem más, dando un total de 12, pero un párrafo menos, que constituyen 52. Los ítems están organizados de la siguiente manera: Propósito del plan; Filosofía y estrategia productiva global; Derechos y responsabilidades en la implementación del plan; Intervenciones agroextractivistas; Intervención en la flora (este

elemento se creó desglosando los párrafos de otro elemento); Intervención en la fauna; Intervenciones ganaderas; Intervenciones en el subsuelo; Intervenciones en áreas de uso común; Supervisión del PAE; Sanciones; Disposiciones generales. Toda esta estructura fue formulada para cumplir con los aspectos relacionados con el uso del medio ambiente por parte de los asentados.

Pero, entre el primer PU y su reformulación a la actual, hay comentarios de los asentados de que su objetivo principal, era permitirles poner en práctica el proyecto de explotación forestal sostenible en el Alto Maracá para la comercialización de la madera. Las críticas argumentan que tal explotación serviría principalmente para beneficiar pocas familias y pondría en peligro la sostenibilidad del asentamiento. Para otros, ya existía la explotación de madera y el PU tenía como objetivo dejar como legado esta actividad. La reelaboración del PU mejoró el Plan e introdujo nuevas demandas que las comunidades de los asentamientos necesitaban. Cuando se realiza un análisis comparativo entre los dos planos, es posible observar párrafos muy modificados, principalmente para atender a la explotación extractivista maderera y la explotación no maderera, con la creación del ítem Intervención de flora, para resaltar esta actividad.

En el cuaderno preparado por el Inca (1996), con aclaraciones sobre las formulaciones del Plan de Utilización, advierte que la inclusión de cualquier formulación en el Plan de Utilización debe tener la aceptación de la mayoría de los asentados. Cabe destacar que en las actas de 1997-2008 no hay registros claros sobre el proyecto forestal, lo que era un motivo importante para su modificación. En estos incluyen muchas quejas sobre la precaria situación en la que se encontraron las comunidades, se quejaron de los conflictos con dos criadores de búfalos dentro del PAE, Jesus Goes y el Grupo Malta, sobre la venta ilegal de tierras, y preguntaron sobre la inoperancia del Inca. Se puede concluir que las modificaciones realizadas para actualizar el PU atendieron parcialmente a las discusiones **de un grupo** que sucedieron en el asentamiento de Maracá. **Por eso**, cabe deducir que hay voces más fuertes entre los subalternos que alcanzan las formulaciones en el Plan de Utilización, mientras que la gran mayoría de los agroextractivistas permanecen sin palabras.

¿ Atexma es la voz de los subalternos?

La Asociación, como el administrador más grande, que actúa dentro de estos espacios de áreas protegidas para la población agroextractiva, tiene una responsabilidad importante, ya que cualquier problema que enfrentan las comunidades tiene el deber de resolverlo. Y si no está a su alcance, tiene que dirigirse al organismo de supervisión para resolver estos problemas.

Desde 2007 ha habido un nuevo diseño de gestión territorial y se han creado áreas jurisdiccionales sujetas a nuevas asociaciones (Ribeiro, 2011). El actual presidente asumió el cargo en 2015 y en mayo de 2019 fue reelegido por otros 3 años.

Aunque el nivel de participación de los asentados es cuestionable, en la formulación del Plan y las modificaciones posteriores al Plan en 2009, no se puede negar su contribución a las reglas informales, aquellas basadas en costumbres y tradiciones, estas podrían ser consolidadas. Les permiten tener sus actividades económicas para sobrevivir, establecer su lugar de residencia y prácticas agroextractivas una vez que aceptan las normas establecidas para convivir en el asentamiento. No evitan problemas, y todavía hay muchos enfrentados como ya fue informado.

En 2007, la Atexma nombró 6 asociaciones comunitarias que formaron su base organizativa. Ribeiro (2011) afirmaba que eran 11 según lo informado por un líder del CNS. Sin embargo, el presidente actual ya afirma ser 08 asociaciones activas en la base..

Aunque hay imprecisiones en el número exacto, parece que la capacidad de los miembros de la comunidad para organizarse refleja los intereses de mejoría de esa área del PAE, a pesar de todos los problemas desde el inicio en la organización social y política.

En este sentido, Ribeiro (2011) ya había enfatizado sobre las reuniones realizadas, de cómo la participación de las comunidades refleja sus intereses. Las asociaciones ya han resuelto muchos conflictos, que van desde la venta de "lotes" por parte de los asentados, la utilización de los empleos de otras personas, individuos ajenos que ingresan al asentamiento con o sin el consentimiento de los agroextractivistas. Varios problemas derivados de la ausencia y/o la omisión del Incra, en lo que respecta a la aplicación de

algunas sanciones previstas en el PU. La Asociación, sin duda, busca dar voz a los subalternos.

A modo de conclusión

La matriz sobre la cual el estado se guía al proponer políticas públicas y proyectos, casi siempre se guía por los ideales del desarrollo capitalista. El Estado está preocupado por imponer políticas consideradas deseables para romper los atrasos económicos en busca de la integración a los mercados y de superación de una lógica extractivista y la economía de los excedentes. Surgen variaciones y estilos de desarrollo que buscan contemplar formas que aceleren este proceso impulsado por el capital.

Este estudio nos permitió comprender el histórico de la existencia de un Proyecto de Asentamiento Agroextractivo en Amapá, un espacio que ha cambiado con las relaciones de vínculos basadas en el uso tradicional de los recursos naturales, que son característicos de las poblaciones agroextractivas, en el uso de reglas formales, basadas en leyes y contratos. Estos se concretizaron en la medida en que fueron aprobados por las comunidades del PAE según lo requerido por el Inca. Los ajustes al tema ambiental involucraron la participación del organismo responsable y de los propietarios, es decir, el Ibama y el Inca. Desde entonces, el PAE adquiere el conocimiento técnico de la legislación ambiental vigente y el conocimiento local se inviabiliza ante el poder de estas dos instituciones.

Esta lectura sobre el papel de los Planes de Utilización y de los subalternos permite concluir que los PU, con su participación integral, son igualmente autoritarios en su formulación así como en su imposición. Los procesos de planificación, formulación e implementación no son respetados por la propia institución creadora, como fue mencionado anteriormente, cuando se hace uso de un PU en vigor para ser adaptado en otro PAE; es evidente el autoritarismo de cara a la ausencia de una mesa de negociaciones sobre los ítems del PU, al Inca le cabe el derecho de aprobar o rechazar las propuestas de las comunidades del PAE de Maracá.

Además, el Inca, socio en la gestión, no efectúa la supervisión y sin penalidad para los infractores, crea un clima de impunidad que agrava las relaciones internas y el cumplimiento del PU. Indirectamente, el Inca favorece a los problemas y el fracaso del

PAE. En otras palabras, descalifica el papel de los agroextractivistas, reduce su participación en el nivel más bajo de la escala, o como máximo el nivel mínimo de concesión, y comprometiendo todo el proceso de empoderamiento de las familias extractivistas establecidas.

Esta también es la opinión de Cunha (2010, p.6) para quien el Plan de reservas extractivistas “pasa a ser visto y consolidado como un documento técnico que demostrará la viabilidad del cumplimiento de las leyes ambientales, dando centralidad al medio ambiente”. En este sentido, es innegable que él refuerce la subordinación de la gestión al conocimiento técnico.

A pesar de todo el discurso a favor de la conservación ambiental, y que las familias deben realizar actividades generadoras de ingresos alineadas a las hipótesis del desarrollo sostenible, no identificamos en el Proyecto de Asentamiento Agroextractivista de Maracá las políticas públicas que den soporte a este desarrollo económicamente viable, ecológicamente correcto y socialmente justo.

Aunque no hay reconocimiento por parte de las entidades gubernamentales, es innegable que son los agroextractivistas con sus reglas informales y al margen de las políticas del Estado, quienes a través de asociaciones, llevan a cabo la gestión ambiental y consolidan al PAE como territorio de sus (re)existencias.

Referencias Bibliográficas

Almeida, M.Geralda (2018). Em busca da poética do sertão. In Almeida, M.G. Geografia Cultural: um modo de ver. Goiania: Ed UFG.

Almeida, A W. Bero de.(1984). “O GEBAM, as empresas agropecuárias e a expansão camponesa”. In: IBASE. Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária. Rio de Janeiro: CODECRI, p. 51-70.

Arnstein, Sherry R.(2002) Uma escada da participação cidadã. Associação Brasileira para o fortalecimento da participação. Participe. Porto alegre/Santa Crus do Sul. V 2, n. 2, p. 2-13, jan.

Cantalice Neto, A. (2015). O subalterno e o discurso como resistência: uma dupla subalternidade, pobre e preso. Anuário de Literatura, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 32-52.

Castells, Manuel. (1999). O poder da identidade.São Paulo:Paz e Terra.

Cunha, C. Conceição. (2010) Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010, 310 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social).

Filocreão, A. S. M. Silva. I. C. (2016). A Política de Assentamentos Rurais no Estado do Amapá. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 9, p. 145-171a

Filocreão, A. S. M.; Modesto, A. C. Távora; Ribeiro, K. Brito .(2012). Do campo a Luta: A Gênese da Organização Política dos Trabalhadores Agroextrativistas no Amapá. VI Encontro Nacional da Anppas Belém - PA – Brasil, 18 a 21 de setembro.

Filocreão, A.S.M. (2007). Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá. Belém: Universidade Federal do Pará, 542f.Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento socioambiental).

Filocreão, A. S. M.(2002) Extrativismo e Capitalismo na Amazônia: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá. Macapá: GEA/SEMA.

Flexa, R. Costa. (2013).As regras estabelecidas na apropriação dos recursos naturais pelos agroextrativistas do Assentamento Maracá-AP. Macapá. Universidade Federal do Amapá. Dissertação. Mestre em Desenvolvimento Regional.130f.

IBGE. (2017) Censo Agropecuário. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>> Recuperado em 25 de dezembro de 2019.

INCRA. (2004). Plano de Desenvolvimento PAE Maracá. Superintendência Regional do Amapá. Relatório. Macapá.

_____. (1996). Projetos de Assentamento AgroExtrativistas PAE's (cartilha). Brasília: INCRA.

_____. (2017). Painel dos Assentados: Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária.

_____. (1987). Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987 - Cria a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista.

Little, Paul e Filocreão A. S. M (1994). Relatório Sócio-econômico: Projetos de Assentamento Extrativista Maracá I, II, III. Macapá: IEA, 1994

Maia, R. de Oliveira (2011). A política de regularização fundiária e reforma agrária: o PAE nas ilhas do Pará. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém-PA.

Raffestin, Claude. (1981). Por uma geografia do poder. São Paulo: Ed. Atica.

Ribeiro, A. Carvalho.(2008) Capital social e redes sociais no processo organizacional de comunidades agroextrativistas no Amapá. Belém: Universidade Federal do Pará, 293f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido).

Santana, J. U. R.(2012) Agroextrativismo e Sustentabilidade: avaliação de indicadores em assentamento rural de Sergipe. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe.

Sills, Erin.(1991) Relatório sobre a Reserva Extrativista do Rio Cajari e os Projetos de Assentamento Extrativista do Rio Maracá. Macapá. Mimeografado.

Silva, I. Costa da; Lomba, Roni M; Filocreão, A. S. Monteiro. (2012). Assentamentos rurais no estado do Amapá: uma visão da realidade. In: Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG.

Sousa, C. F. Melo; Costa, F.M. F. Silva. (2016). Planos de Utilização em Projetos de Assentamento Agroextrativistas: Autoritarismo e Participação. Anais da 30 Reunião da Antropologia Brasileira. João Pessoa.

Spivack, G. (2010). Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Todorov, T. (2003). A conquista da América: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes.

La Red Internacional de Estudios sobre Territorio y Cultura y
la Universidad Católica de Oriente

CERTIFICAN QUE:

Maria Geralda de Almeida

Participó como ponente en el:



XVIII Seminario
Internacional
SEMITEC Colombia 20 años 1999 - 2019
Territorio y Cultura
20 al 23 de noviembre de 2019

Con una intensidad de 24 horas.

Tema: *Agroextrativistas asentados, subalternos na política desenvolvimentista no estado do Amapá-Brasil*


LUIS LLANOS HERNÁNDEZ
Presidente RETEC


ELKIN ALONSO RÍOS OSORIO
Director Académico UCO

Anexo 2

Agroextrativistas e as controvérsias nas políticas sociais e ambientais em assentamentos no estado do Amapá¹

Agroextractivists and controversies in social and environmental public policies in Amapá

Agroextractivistas y las controversias de las políticas sociales y ambientales en los asentamientos en el estado de Amapá

Resumo

A criação de Projeto de Assentamento de Agroextrativista –PAE, no sul do Amapá permitiu a instalação de uma parcela populacional vivendo de exploração da silvicultura. O Incra, responsável pela reforma agrária, reconheceu a existência de formas diferenciadas de ocupar o solo e de se relacionar com a natureza e criou uma modalidade de gestão conjunta, atribuindo as associações do PAE, a participação na gestão. O objetivo deste artigo é analisar se a parceria causou o empoderamento dos assentados ou se foi uma estratégia para o autoritarismo do Incra. Os procedimentos metodológicos adotaram entrevistas aos gestores de associações e agroextrativistas, análise de documentos do Incra e da associação principal complementando com leituras de teses, dissertações pertinentes ao assunto. Pode-se deduzir que desde o início o Incra adotou procedimentos inapropriados, os assentados têm dissonância nas intenções, nas ações e mesmo na gestão. O Incra atua com autoritarismo, omissão e seu descaso empobrece o Plano de Utilização, principal documento para a gestão do Assentamento.

Palavras-Chave: subalternos; plano de utilização; gestão participativa; Incra; política de assentamento.

Abstract

The creation of the Agroextrativist Settlement Project – PAE, at Amapá's south, allowed the installation of a populational parcel that lives through silviculture exploration. INCRA, the responsible for agrarian settlements, recognized the existence of different forms of land use and of nature-society relations and has created a modality of joint management, which attributes PAE's associations a participation in the management. This essay's objective is to analyze if the partnership caused settler empowerment or if it was an authoritarian strategy by INCRA. The methodological proceedings were interviews with managers of the associations and agroextrativists, analysis of INCRA's and the main association's documents, and bibliographical research of theses and dissertations pertinent to this subject. It can be deduced that INCRA, from the beginning, has adopted inappropriate procedures, the settlers have intentional dissonance in their actions, intentions and even in management. INCRA acts by being authoritarian, it makes omissions and its neglect impoverishes the Utilization Plan, main document for the settlement's management.

¹ Bolsista sênior do Procad/Amazonia. Edital Nº 21/2018. "Construções de Estratégias de Desenvolvimento Regional e as Dinâmicas Territoriais do Amapá e Tocantins: 30 anos de desigualdades e complementaridades" MDR/UNIFAP. Sinceros agradecimentos à valiosa colaboração do presidente da ATEXMA.

Key-words: subalterns; Utilization plan; participative management; Inca; Settlement policy.

Resumen

El Inca, responsable de la reforma agraria, reconoció la existencia de diferentes formas de ocupar tierras y relacionarse con la naturaleza y creó una modalidad de gestión en conjunto, atribuyendo a las asociaciones del Proyecto de Asentamiento Agroextractivo- PAE su participación en la gestión. El propósito de este artículo es analizar si esta asociación causó el empoderamiento de los asentados o si fue una estrategia para el autoritarismo del Inca. Los procedimientos metodológicos fueron a través de entrevistas con los gerentes de las asociaciones y agroextractivistas, análisis de documentos del Inca y de la asociación principal complementando con lecturas de tesis, disertaciones pertinentes al tema. Se puede deducir que desde el inicio, el Inca adoptó procedimientos inapropiados, los asentados tienen discrepancias con sus intenciones, en sus acciones e incluso en la administración. El Inca actúa con autoritarismo, omisión y su negligencia empobrece el Plan de Utilización, el principal documento para la gestión del asentamiento.

Palabras clave: **subalternos**, plan de utilización; gestión participativa; Inca; política de asentamiento.

Apresentação

A Amazônia permanece a região mais utilizada para fins de assentamentos de reforma agrária primeiramente, por questões de ordem política. O custo político para o governo, de uma reforma agrária em grande escala, é muito elevado para representar uma alternativa viável, considerados os parâmetros das negociações que persistem no panorama político- partidário.

A estratégia encontrada pelo governo foi, e continua sendo, concentrar-se em desapropriar terras que têm uma documentação mais frágil, e não as de titulação antiga e legitimada, ainda que não cumpram a função social. De acordo com Heredia et al. (2003) ao indenizar os proprietários pelo preço da terra e pelas benfeitorias, o governo incentivava a pressão sobre a floresta. Ao mesmo tempo, o processo de desapropriação que foi desenvolvido na Amazônia acabou por reforçar a dinâmica de ocupação desordenada em vez de revertê-la.

Após quase três décadas de existência o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Inca, nos anos sessenta reconheceu a importância de contemplar na política nacional de reforma agrária a pertinência de respeitar formas diferenciadas de ocupar o solo e de se relacionar com a natureza. Neste sentido, a partir de demandas das próprias comunidades e associações foi que em 1996 foi definida uma nova modalidade de Assentamento, o Projeto de Assentamento Agroextrativista-PAE. (INCRA, 1996).

Santana (2012, p.18) assim o apresenta: “Os assentamentos agroextrativistas são (...) modelos de assentamentos destinados às populações tradicionais para exploração

de riquezas extrativas, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis”.

Da criação dos PAE's e de seu instrumento de gestão surgem duas inquietações: Como essa forma de organizar e gerir a política pública de reconhecimento de direitos a um território reverberam na vida dos povos e comunidades que passam, arbitrariamente, à classificação de assentados agroextrativistas da reforma agrária? A criação do PAE e do instrumento de regras formais para mediar as relações locais e cotidianas possibilitaram o fortalecimento da participação do agroextrativista na gestão ambiental junto ao Ibama e ao Incra?

Neste texto, pretendemos buscar respostas para estas questões, discutindo principalmente, sobre os agroextrativistas e suas condições decorrentes da subalternidade. No que tange à escolha do caminho metodológico, optamos pela pesquisa bibliográfica, e a pesquisa qualitativa. Os instrumentos utilizados foram leituras de teses, dissertações, entrevistas semiestruturadas aos presidentes de 3 associações e aos agroextrativistas do Projeto Maracá e Projeto Anauerapucu; fundamental foram as consultas aos documentos da Associação principal.

Os PAE's como política de proteção aos recursos florestais

Essa nova forma de política agrária configurada na Amazônia, inaugurou um espaço político concebido para possibilitar negociações dessas comunidades com o poder público e demais atores sociais. Até 2017 foram criados 403 PAEs na Amazônia Legal, conforme tabela 1.

Tabela 1: PAEs da Amazônia Legal

Estados brasileiros	Quantidade de Assentamentos Agroextrativistas	Área (hectares)	Famílias Assentadas
Acre	12	319136,3222	1.395
Amapá	21	734224,8117	6.862
Amazonas	50	6043729,689	21.928
Pará	320	3330517,389	72.396

Fonte: Incra, Painel dos Assentamentos, 2017.

Maia (2012) destaca que o PAE, abre espaço para a participação das famílias assentadas, pois o pressuposto dessa modalidade de assentamento é a gestão participativa por meio de seu Plano de Utilização. O Plano de Utilização-PU é considerado pelo Incra como

“regulamento” (INCRA, 1996) para o uso de áreas historicamente ocupadas, e que já possuem formas próprias de apropriação e utilização dos recursos naturais.

O PU seria então o instrumento de gestão do PAE. Ele representa uma gestão inovadora feita entre a Associação local e conselho deliberativo, e o Incra como último ente. Em sua primeira concepção este deveria atuar apenas nos casos em que a própria comunidade não conseguisse resolvê-los; atualmente, ele é gestor permanente com a Associação.

Com base nos normativos do Incra a concepção do PU é ser construído de forma participativa e tem dois momentos distintos (INCRA, 1996). No primeiro momento, reuniões realizadas nas localidades de maior concentração dos moradores, com a participação de lideranças representativas, comunidades e técnicos. Nestas reuniões se faria a conscientização da comunidade sobre a importância da criação do PAE e do engajamento dos moradores no processo de desenvolvimento individual e local para ser construído um PU. Este momento é designado por Arnstein (2002) de terapia e informação que lhes “conscientizam”.

No segundo momento, o documento elaborado teria a apreciação da Comunidade e receberia as alterações por ela sugeridas. Em seguida, após os ajustes propostos, o documento seria submetido à aprovação em Assembleia Geral e encaminhado ao Incra para legitimação por meio de publicação no Diário Oficial. Após concluídas essas etapas definidas pelo Estado e aprovadas pela comunidade, o documento torna-se o instrumento legítimo para a boa gestão dos recursos naturais no domínio daquela Comunidade.

Contudo, em um estudo sobre os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas na Amazônia, as autoras Sousa e Costa (2016) registram os depoimentos de agroextrativistas revelando uma elaboração distinta daquela proposta pelo Incra para o PU.

De fato, na prática a elaboração dos Planos não corresponderam ao planejado e previsto como desejável nos normativos do Incra. Também, a mesma incoerência ocorreu no Plano de Utilização de Maracá que adotou, conduzido pelos técnicos do Incra e ou de seus terceirizados, com alguns ajustes, um PU existente feito para um Projeto de Extrativismo no Acre; isto é, minimizou-se, no processo construtivo, a contribuição da comunidade. A elaboração do PU naqueles Projetos de Assentamentos, opina aquelas autoras, somente obedeceu à formalidade de em reunião, aprovar o plano, fato entendido como suficiente para cumprir o estatuto da participação. Todavia, esta participação se situou, de acordo com Arnstein (2002), no nível de concessão mínima. Em Maracá nem houve a elaboração co-participativa dos agroextrativistas o que será posteriormente comentado.

Sobre participação cidadã ou controle cidadão, Arnstein (2002) alerta que o discurso tem sido permeado por retóricas e eufemismos enganosos. A autora estabelece uma escala de oito níveis de participação: manipulação, terapia, informação, consulta, pacificação,

parceria, delegação de poder, controle cidadão. Nos 2 primeiros níveis considera-se não-participação e, gradualmente, nos 3 seguintes passa-se para níveis de concessão mínima e, os 3 últimos alcança o nível de poder cidadão.

De acordo com Sousa e Costa (2016, p.7) a construção dos PU nos PAE's teria sido "mais um instrumento construído autoritariamente pelo Estado, sem considerar a cultura local, o modo de vida, a voz das comunidades e as peculiaridades do meio ambiente físico", limitando-se na maioria das vezes, a informação do que se pretendia fazer.

Como já relatado na introdução, a criação de PAE's e a regularização fundiária levada a cabo na Amazônia Legal por meio do Termo de Autorização de Uso Sustentável-TAUS concedida pela Secretaria de Patrimônio da União-SPU não tem alterado a estrutura agrária e de distribuição de terra. Porém, os PAE's têm sido importantes na manutenção de práticas de profunda relação do homem com os recursos naturais, de conservação da floresta e libertação de famílias que ainda mantinham-se presas a velhas obrigações de entregar parte de sua produção a "patrões" e atravessadores.

No caso do Maracá, historicamente nos fins do século XIX as terras do Mazagão tinham como proprietário o coronel José Júlio de Andrade, seringalista que dominou a região durante o ciclo da borracha. No início do século XX, vê-se no Sul do Amapá, a dominação do espaço na figura deste coronel. Segundo Filocreão (2007) no mesmo período em que o coronel José Júlio de Andrade dominava o Vale do Jarí, o sócio dele, capitão Crispim de Almeida, controlava o rio Cajari. Já no rio Maracá, na década de 1920, encontrava-se sob o domínio de um nordestino conhecido como "coronel" Vicente Freire.

De acordo com Lins (2001, p.48): "Vicente Freire explorava castanha, borracha e outros produtos nativos, e era rico também. Mas, enfermo, com beribéri, desfez de seus negócios e regressou ao Rio Grande do Norte". Para Sills ,1991 (apud FLEXA, 2013) no fim dos anos 1930 no Maracá, os rios e os castanhais foram vendidos à empresa privada com capital estrangeiro: Agro-Industrial do Amapá, japonesa. Isso ampliou o número de produtos comercializados incluindo massaranduba, sorva, madeira, etc, embora a empresa não se interessasse no controle absoluto sobre a vida dos ocupantes dos rios.

Entretanto, a Agro-Industrial foi vendida para um grupo norte americano, na década de 1960. Esta, nomeada de empresa Jari, modifica sua atuação na região, cujo interesse passou a ser na especulação de terra e do extrativismo mineral, secundarizando os produtos florestais, em sua fase inicial. Uma outra vez vendida, Almeida (1984) ressalta que os novos proprietários limitaram-se ao arrendamento das terras aos exploradores da castanha do Brasil.

Um agroextrativista em Maracá, relata que antes das terras terem sido desapropriadas pelo Incra, o Maracá estava sob domínio das empresas o que impedia

extração dos recursos sem permissão da empresa exploradora. Muitas das vezes a solução foi abandonar sua colocação em busca de outros lugares para sobreviverem.

Vários outros proprietários se sucederam desde então até o Incra decidir agir na regularização de terras. Ele inicia as desapropriações. As terras desapropriadas ficaram sem destinação até 1988, quando são criados os Pae's Maracá I, II e III. De acordo com Filocreão (2002) alguns dos comerciantes que agiam na região tornaram-se criadores com o dinheiro acumulado no comércio extrativista; eles expandem com a criação de búfalos e bovinos e dois destes fazendeiros permanecem incluídos dentro da área do PAE Maracá. Estes animais invadem as plantações, mesmo atualmente provocando inúmeros conflitos com os produtores agroextrativistas. Além disso, as fazendas não somente atravancam o espaço da agricultura do assentado, como também impedem o usufruto de moradores locais de recursos naturais existentes. Os locais de ocorrência de castanhas-do Brasil e da *Hevea brasiliensis* são interditados o acesso, sem as suas devidas autorizações, caso este apontado por moradores no diagnóstico realizado pelo Incra (2004) e em relatos atuais de agroextrativistas.

A criação do PAE Maracá foi resultado da luta dos agroextrativistas e aliados percorrida durante a década de 1980. Por meio da Portaria do Incra nº 627, de 30 de julho de 1987, criou-se a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista objetivando a “exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupam ou venham a ocupar as mencionadas áreas”.

Os PAE's é, sem dúvida, um dos grandes méritos dessa política de regularização fundiária. Embora, cabe registrar, esta política não faça a distribuição de terras e, ainda que a nova condição atribuída às famílias agroextrativistas também traga novos desafios conforme veremos mais adiante.

Ademais, o Incra continua com suas atribuições e responsabilidades: Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários; Aporte de recursos de crédito; Apoio a instalação e de crédito de produção; também, a infraestrutura básica como estradas de acesso, água e energia elétrica e, Titulação, melhor, a Concessão de Uso dos recursos daquela terra; Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas. Mas, quem são eles no Amapá?

Os agroextrativistas e seus territórios no Amapá

No estado do Amapá existem 54 assentamentos rurais pelos critérios do Incra, ocupando uma superfície total de 2.244.755,99 hectares e atendendo a um público de 14.826 famílias (FILOCREÃO; SILVA, 2016). Quanto a jurisdição dos assentamentos criados, 43 são de responsabilidade do Incra, 9 do governo estadual por meio do Imap, um da prefeitura do município de Laranjal do Jari e um do ICMBio. A criação de Projetos de Assentamentos

somente foi iniciada na década de 1980 e, entre eles destacam-se os agroextrativistas. A tabela 2 apresenta as informações gerais dos assentamentos agroextrativistas naquele estado.

Tabela 2: Projetos de Assentamentos Agroextrativistas-PAE no estado do Amapá

Nome PAE	Município	Famílias Assentadas	Área PA	Dt Criação
Pae Sucuriju	Amapá	130	9577,5976	14/11/2012
Pae Duravel Da Ilha Do Curuá	Macapá	1343	26776,5174	25/10/2006
Pae Duravel Da Ilha Do Marinheiro	Macapá	810	1946	25/10/2006
Pae Duravel Da Ilha Do Franco	Macapá	388	10501	25/10/2006
Pae Durável Da Ilha Do Brigue	Macapá	548	2500	25/10/2006
Pae Ipixuna Miranda	Macapá	99	2849,4663	20/12/2010
Pa Agro-Extrativista Maracá	Mazagão	1993	569208,5407	28/04/1997
Pae Barreiro	Mazagão	100	2113,2472	27/12/2010
Pae Foz Do Mazagao Velho	Mazagão	261	13835,2667	16/07/2012
Pae Agro-Extrativista Anauerapucu	Santana	519	37058,4432	22/04/1998
Pae Ipixuna Grande		73	1714,6872	08/12/2015
Pae Rio Macacoari		52	2154,7469	08/12/2015
Pae Jacitara		7	359,6088	22/12/2014
Pae Nossa Senhora Da Conceição		74	1065,0388	25/10/2013
Pae Ilha De Aruas		73	5607,0845	05/12/2014
Pae Carapanatuba		129	3706,9556	25/10/2013
Pae Igarape Novo		35	84,6677	04/11/2013
Pae Capoeira Do Rei		16	1404,3955	22/12/2014
Pae Terra Grande		166	38731,1976	23/12/2014
Projeto De Assentamento Agroextrativista Ilha Do Faustino		13	2500	23/12/2014
Pae Tartarugal Grande		33	530,35	24/11/2015

Fonte: Elaborado pela autora (2019), com base em dados do INCRA (2017).

No município de Mazagão foram criados três assentamentos com a maior capacidade de assentar famílias (5.350) e, conforme a tabela, com o maior número de famílias assentadas. Estas características do tamanho devem-se ao fato deste município ser situado em área tradicional do extrativismo da castanha do Brasil e do açaí.

Cabe repetir que o sul do Amapá foi durante quase três séculos uma porção na qual se concentra a castanha do Brasil. Este produto é de maior importância do extrativismo para uma parcela significativa dos moradores das comunidades que se localizam na Resex Cajarí e no PAE Maracá atualmente. Para ilustrar, dados da PEVS- IBGE de 2018 registram a produção da castanha do Brasil no estado do Amapá, em 2018, de 437 ton. e, ela é expressivamente produzida nos municípios setentrionais do estado: Mazagão (103 ton.), Vitoria do Jari (246 ton.) e Laranjal do Jari (89 ton.)

Em 27 de outubro de 1988 foram criados, no município de Mazagão, os Projetos de Assentamento Extrativistas Maracá I, II e III com área de 363.500 hectares, estando eles entre os primeiros Projetos de Assentamento Extrativistas criados no Brasil.

Em 28 de abril de 1997, os três projetos foram unificados, recebendo o nome de Projeto de Assentamento Agroextrativista do Maracá, totalizando uma superfície de 569.208 hectares (INCRA, 2004). Esse PAE é o maior assentamento rural do estado e sua população é de aproximadamente 2 mil pessoas.

A principal aglomeração urbana dentro do PAE é a Vila Maracá. Na Vila Maracá encontra-se a Escola Família Agroextrativista do Maracá (EFAEXMA), formando jovens nas práticas do extrativismo e agrícolas, e uma Unidade Básica de Saúde -UBS. A vila concentra as residências da maior parte dos agroextrativistas (SILVA; LOMBA; FILOCREÃO, 2012). Vila Maracá destaca-se entre as demais localidades com estabelecimentos comerciais como farmácia, mercadinhos, restaurantes, mini-box, bares. Alguns moradores são ex-agroextrativistas atualmente dedicando ao pequeno empreendedorismo lá existente. Nesta vila se encontra a sede administrativa da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do PAE Maracá-ATEXMA.

A ATEXMA teve sua instalação administrativa construída com o financiamento da empresa Isolux, responsável pela construção do linhão do Tucuruí, como pagamento de compensação ambiental, por utilizar alguns espaços do PAE. A Associação foi criada em 28 de outubro de 1991, e sua organização administrativa, eleita, compõe-se de 6 membros, com mandato de 3 anos. Inicialmente os principais dirigentes recebiam um apoio financeiro por meio de fontes externas, para auxílio nas atividades de organização dos associados, nos relata Little e Filocreão (1994). A ATEXMA é a parceira do Incra, na gestão do PAE. Porém, desde 2009 outras associações foram criadas naquele PAE, em um total de 08 que, informa o atual presidente, atuam nesta função juntamente com a ATEXMA.

A economia básica dos assentamentos é a pequena agricultura de caráter, eminentemente familiar associada ao extrativismo vegetal. Em geral, predomina o cultivo de pequenas roças de lavouras anuais, centradas especialmente na cultura da mandioca, utilizada na produção de farinha e, em algumas situações em consórcios com outros cultivos, como arroz e feijão. A mandioca constitui a principal fonte de alimentação e de renda dos pequenos agricultores. (SILVA et al., 2012).

A extração da castanha-do-Brasil constitui-se como fonte de geração de renda na região, sendo utilizada também na sustentabilidade alimentar, fabricação de biscoitos e doces etc. Ela contribui para atender certas necessidades básicas desse segmento populacional. Com a agricultura, cultivo de árvores frutíferas, pesca e outras atividades complementam a renda e o consumo das famílias

Embora os dados oficiais da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS do IBGE (2018), não revelem, a produção de heveicultura no estado do Amapá é significativa por gerar uma renda aos agroextrativistas, conforme pode ser observado em pesquisa de campo no decorrer do ano de 2019 no município de Mazagão, com destaque para o PAE

Maracá. Por sua vez, a produção de Castanha-do-Brasil no estado, se concentra tão somente na região sul do estado, conforme já comentado.

Se considerarmos os dois produtos na produção da Região Norte, o primeiro lugar na produção da hévea, látex coagulado foi ocupado por Amazonas com 445 ton. a metade da produção brasileira de 875 ton. Amapá, pela pequenez, sequer teve seus dados capturados. No caso da castanha a maior produção coube também ao estado do Amazonas com 12.161 ton. (PEVS-IBGE, 2018) bastante superior aos dados do Amapá. Se a produção do Amapá é inexpressiva regionalmente, localmente, sobretudo a castanha do Brasil, é extremamente valorizada. É nestes produtos que os assentados agroextrativistas têm a garantia de uma renda para assegurarem seus sustentos e existências.

Ademais, cabe reforçar a ausência do Estado e a palidez de incentivo e políticas públicas, como a falta de infraestrutura para conservação e para a escoamento dos produtos. A omissão e fragilidade das políticas rebatem no baixo estímulo e na precarização do agro extrativismo e de quem o pratica. E, alimenta a subalternidade daquele que sobrevive dos recursos florestais.

Por que os agro-extrativistas são subalternos?

Os agroextrativistas da Amazônia são conhecidos pelas lutas para se manterem na terra nas quais, buscam assegurar sua subsistência a despeito de ausência de políticas sociais, de assistência técnica e de financiamentos agrícolas que são notórias. Ao nomeá-los como subalternos cabe, sobremaneira, esclarecer seu entendimento, enquanto sujeitos e, apresentar o contexto destes no estado do Amapá.

Nesta reflexão é pertinente iniciar pela origem de quem nomeia quem. Para isso, recorreremos ao confronto ideológico proposto por Todorov (2003), por meio da imagem do “eu” e do “outro”. Ao olharmos para o “outro”, deparamo-nos com a diferença, ou seja, valores individuais ou grupais constituídos de símbolos culturais que podem gerar atração e ou repulsa.

Esta discussão sobre esta dualidade entre o “eu” e o “outro”, aproxima-se daquela que Almeida (2018) adota ao discutir sobre a busca poética do sertão feita no contraponto do conhecimento científico _ o discurso dos eruditos, dos de “fora” com o conhecimento popular _construído pelos de “dentro”, com base na vivencia e experiência dos sertanejos_. Este confronto de discursos também pode ser evocado ao referir-se as políticas suas concepções burocráticas distanciadas das realidades regionais e de suas necessidades. Os de “fora” com imposições de modelos considerados como desenvolvimentistas, se julgam possuidores de poder para levar o progresso para os “de dentro”, os atrasados.

Esses valores reforçam as diferenças, pois deixam claro o antagonismo entre os de “dentro”/ “eu”, e o “outro”/ “de fora”, este último, muitas vezes gerador de relações que podem

ser vistas, conforme Raffestin (1993), como trunfos de poder que justificam o domínio por meio do qual fazem do “eu”, a exemplo do assentado, um “outro”.

Em se tratando do subalterno, ele é o “outro”, por sua exclusão que se revela na ausência de políticas sociais e ou exclusão dos planos desenvolvimentistas, conforme acabamos de discutir acima, ou mesmo pela sua identidade.

A identidade é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Ela pode ser um instrumento da exclusão por ser “assentado” e/ ou “um extrativista” o que nos leva, neste entendimento dos agroextrativistas, a incluir uma discussão sobre a identidade. A identidade para Castells (1999) é definida historicamente, e não biologicamente, adquirindo multiplicidade ao longo do tempo e ocasiões. Identidades de excluídos são dolorosas e seus espaços marcadamente de lutas.

Isso vale ser posto para entender os subalternos deste estudo. Como subalternos e pobres os agroextrativistas estão inseridos na mesma classe social, nos espaços de subalternização em que se inserem para sobreviverem, encontram o cerceamento de suas vozes. A não visibilidade do subalterno o torna desprovido de qualquer acepção de direitos, afirma Spivak (2010) e confirma Cantalice Neto (2015). Inicia-se a imposição do silêncio com a doutrinação do subalterno, até em situações que ditas de “participação”, a ele é ofertada uma informação e lhe solicita aceitar a mesma. Ele, na condição de inferioridade em que se encontra, passa a não ter voz, o que não impede de, nas fissuras buscar manifestar-se, exprimir-se. Ora, diante das características dos Planos de Utilização hipotetiza se eles não seriam uma maneira institucional, formal, de conceder a voz aos subalternos; ou, ao contrário, se os Planos não constituiriam um instrumento de manipulação de participação, nas palavras de Arnstein (2002).

Em sua dissertação sobre as regras estabelecidas sobre a utilização dos recursos nesta PAE, Flexa (2013) distingue as formais e as informais. Para ela, as regras formais que permeiam a relação dos agroextrativistas com o ambiente são constituídas pelo Plano de Utilização-PU e a Concessão de Direito Real de Uso -CDRU. O primeiro foi formulado para consentir como deve ser o uso dos recursos e das punições, caso haja a infração das regras no espaço delimitado para o agroextrativismo. A segunda é o documento que garante o uso do referido espaço. Os dois documentos são partes integrantes, dos quais conduzem a formalização, por escrita, e contemplam as relações entre os agroextrativistas, e estes com o ambiente. Embora reconhecendo a importância do CDRU a prioridade para a discussão neste artigo será somente para o PU.

Rueda (1995) reflete sobre a importância do PU, baseando-se na definição governamental: “Este plano é o instrumento administrativo para provar que a utilização dos

recursos naturais será auto-sustentável, não prejudicará o meio ambiente e respeitará a legislação ambiental vigente” (RUEDA, 1995 apud CUNHA, 2010, p. 201).

As peculiaridades que compõem os PAEs, devem ser consideradas na elaboração do PU. Contudo, para o PU do Maracá, em 1995, elas foram desprezadas uma vez que, já o dissemos, sua confecção resultou de adaptações de um PU elaborado para conduzir o uso dos recursos do Reserva Extrativista do Alto Juruá, no estado do Acre.

O relatório do IEA, antigo Instituto de Estudos Amazônicos –IEA, e da instituição alemã Konrad-Adenauer-Stiftung –KAS, feito em 1995, registra que foram realizadas reuniões que se estenderam do dia 26 a 30 de agosto de 1995, na comunidade Central do Maracá, com a finalidade de “discutir, modificar e aprovar o documento final do plano” Nessas reuniões “compareceram aproximadamente 600 pessoas, considerando que 219 eram habitantes locais e maiores de 18 anos. As discussões se fizeram com a formação de grupos e analisados todos os itens do Plano, para se atingir ao consenso” (IEA & KAS, 1995, p. 02, apud INCRA, 2004).

Todavia, nota-se pela própria finalidade das reuniões, que os agroextrativistas não participaram efetivamente de todas etapas pois, pelo texto, iniciaram com discussão do Plano elaborado quando pelos normativos do Incra o passo inicial seria com a redação do mesmo; também, eles foram excluídos da redação do texto final do Plano de Utilização do Maracá pois consta ser elaborado por terceiros ao Projeto, isto é, pelo IEA e KAS (INCRA, 2004).

Este Plano formulado no final de 1995, perdurou até 2009. Algumas normas de uso não mais se adequavam as demandas locais e, em março de 2008 foram realizados 5 fóruns de discussão com a participação da Diretoria da ATEXMA, lideranças comunitárias, representantes da Prefeitura de Mazagão, representantes do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e também os assentados. Essas discussões, no Assentamento, inicialmente aconteceram na Vila do Maracá, com a participação de 60 pessoas no primeiro dia e 42 no segundo; depois, na Comunidade de Cafezal/Tabatinga, com a presença de 42 pessoas no primeiro dia e 26 no segundo; e finalizando na Comunidade de Conceição, com 113 pessoas. Comparando com o processo ocorrido em 1995 nota-se que o número de presentes na discussão do PU, foi inferior. Previsto para dois dias de trabalhos chama a atenção a sensível perda de presentes no segundo dia, em todas comunidades. A intenção foi atualizá-lo, adequá-lo à nova Concessão de Direito Real de Uso, conforme as questões das comunidades, registradas nas atas dos Fóruns de discussões. Como justificar o desinteresse das pessoas nas reuniões quando, estas destinavam a atualizar o Plano de Utilização?

Quase 18 meses após, em 06 de agosto de 2009, o Incra solicita ao Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Estado Amapá -Imap seu parecer a respeito da compatibilidade das mudanças com a legislação estadual ambiental vigente. A resposta

veio no dia 28 de agosto, com a observação quanto: às possíveis descobertas científicas, o uso produtivo de culturas permanentes, à conservação e manutenção das colocações, da criação de peixes em cativeiro e das intervenções referentes ao subsolo, dos quais o Imap fez algumas análises e propôs que fosse melhor redigido e verificado conforme a legislação específica. Em outubro de 2009 o PU foi finalizado e legitimado pelo Incra.

No primeiro PU constavam 11 itens, com 53 parágrafos. No atual foram desmembrados alguns parágrafos e criado mais um item, totalizando 12, mas com um parágrafo a menos, constituindo 52. Os itens estão organizados da seguinte forma: Finalidade do Plano; Filosofia e estratégia produtiva global; Direitos e responsabilidades na execução do plano; Intervenções agroextrativistas; Intervenções na flora – este item foi criado desmembrando-se os parágrafos de outro item; Intervenção na fauna; Intervenções pecuárias; Intervenções no subsolo; Intervenções nas áreas de uso comum; Fiscalização do PAE; Penalidades; Disposições Gerais. Toda essa estrutura foi formulada para atender os aspectos referentes ao uso do ambiente pelos assentados.

Mas, entre o primeiro PU e a reformulação dele para o atual, há comentários dos assentados que, seu principal objetivo foi permitir que pudessem colocar em prática o projeto de exploração florestal sustentável no alto Maracá para comercialização da madeira. As críticas alegam que esta exploração serviria, sobretudo, para beneficiar poucas famílias e colocaria em risco a sustentabilidade do assentamento. Para outros, já havia exploração de madeira e o PU visava legar a atividade. A reelaboração do PU melhorou o Plano e introduziu novas demandas que as comunidades do assentamento necessitavam. Quando se faz uma análise comparativa entre os dois Planos, constata-se parágrafos bastante modificados, principalmente para atender a exploração extrativista madeireira e não-madeireira com a criação do item Intervenção da flora, para ressaltar essa atividade.

No caderno elaborado pelo Incra (1996), com esclarecimentos sobre formulações do Plano de Utilização, alerta que a inclusão de quaisquer formulação no Plano de Utilização deveria ter o aceite da maioria dos assentados. Ressalta-se que nas atas de 1997-2008 não há registros diretamente sobre o projeto florestal, motivador maior de sua modificação. Nelas constam sim muitas reclamações sobre a situação de precarização em que as comunidades se encontravam, reclamaram, ainda, dos conflitos com dois criadores de búfalos dentro do PAE o Jesus Goes e o Grupo Malta, das vendas ilegais de terras, e indagavam sobre a inoperância do Incra. Pode-se concluir que as modificações feitas para atualização do PU atenderam, parcialmente, as discussões tidas no assentamento Maracá. Também, deduzir que há vozes mais fortes entre os subalternos alcançando as formulações no Plano de Utilização enquanto a grande maioria dos agroextrativistas permanece sem fala.

A ATEXMA é a voz dos subalternos

A Associação, como gestora maior, atuando dentro desses espaços de áreas protegidas para a população agroextrativista, possui uma significativa responsabilidade, pois quaisquer problemas enfrentados pelas comunidades, a mesma tem o dever de resolver. E, se não for do seu alcance, procurar o órgão fiscalizador para resolução dos problemas.

Desde 2007 há um novo desenho de gestão territorial e foram criadas áreas jurisdicionais submetidas a novas associações (RIBEIRO, 2011). O atual presidente assumiu em 2015 e, em maio de 2019 foi reeleito para mais 3 anos.

Embora seja questionável o nível de participação dos assentados, na formulação do Plano e nas posteriores alterações no Plano em 2009, é inegável a contribuição deles para que as regras informais, aquelas baseadas nos costumes e tradições, pudessem ser consolidadas. Elas permitem que eles tenham suas atividades econômicas para a sobrevivência, estabeleçam o seu local de moradia e de práticas agroextrativistas, uma vez que eles aceitem as normas estabelecidas para conviverem no assentamento. Elas não evitam problemas, e ainda são muitos os enfrentados como já foram relatados.

Em 2007 a ATEXMA apontava 6 associações comunitárias que faziam a sua base organizativa, composta dessa forma: Associação dos Trabalhadores Agroextrativista do Rio Preto; Associação dos Moradores da Vila do Maracá; Associação da Escola Família do Maracá; Associação dos Moradores do Baixo Maracá; Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Maracá região do Ajuruxi Curuçá e Furo do Maracá, Escola Família Agroextrativista na Vila do Maracá; e acrescenta ainda, mais 13 núcleos comunitários. Ribeiro (2011) já dizia ser 11 conforme relato de um dirigente do CNS. Porém, o presidente atual já afirma serem 08 associações ativas.

Embora haja imprecisões sobre o número exato, ao que tudo indica a capacidade que os membros das comunidades têm de se organizarem, reflete nos interesses de melhorias daquela área do PAE, apesar de todos os problemas desde o início, na organização social e política.

Quanto à importância que as associações têm como propagadoras das regras, é inegável que elas dominam conhecimentos e divulgação do que realmente “pode ou não pode” se fazer nesse tipo de projeto de assentamento para uso das populações agroextrativistas. Qualquer dúvida, novas demandas em usufruir dos recursos naturais que o PAE apresenta, os agroextrativistas procuram, primeiramente as associações.

Nesse sentido, Ribeiro (2011) já havia ressaltado sobre as reuniões realizadas, de como a participação das comunidades reflete os interesses delas. Muitos conflitos já foram resolvidos pelas associações, que vão da venda de “lote” pelos assentados, exploração de colocações de outros, pessoas de fora que adentram ao assentamento com ou sem consentimento dos agroextrativistas. Vários problemas decorrentes da ausência e ou omissão

do Incra, no que diz respeito aplicação de algumas penalidades previstas no PU. A Associação, sem dúvida, procura dar voz aos subalternos.

A guisa de conclusão

A matriz sobre a qual se guia o Estado na proposição de políticas públicas e de projetos, quase sempre é orientada pelos ideais de desenvolvimento capitalista. O Estado preocupa-se em impor políticas estimadas como desejáveis para romper com atrasos econômicos em busca de integração aos mercados e de superação de uma lógica extrativista e da economia de excedentes. Variações e estilos de desenvolvimento emergem buscando contemplar vias que acelerem este processo movido pelo capital.

Este estudo permitiu entender o histórico de existência de um Projeto de Assentamento Agroextrativista no Amapá, espaço este que se modificou com relações de vínculos baseados no uso tradicional dos recursos naturais, que são característicos das populações agroextrativistas, na assimilação de regras formais, baseadas nas leis e contratos. Estas tornaram-se efetivas, na medida em que foram aprovadas pelas comunidades do PAE conforme rezava os normativos do Incra. Os ajustes com a questão ambiental envolveram a participação do órgão responsável e daquele detentor das terras, isto é, o Ibama e o Incra. Desde então, o PAE adquire o saber técnico da legislação ambiental vigente e os saberes locais se invisibilizam diante do poder destes dois órgãos.

Esta leitura dos subalternos e o papel dos Planos de Utilização permitiu concluir que estes, os PU's, a máxima da participação, são igualmente autoritários tanto na formulação quanto na sua imposição. Os processos de planejamento, formulação e implementação não são respeitados pelo próprio órgão criador, conforme foi mencionado, ao fazer uso de um PU em vigor para ser adaptado em outro PAE; evidencia-se o autoritarismo na ausência de uma mesa de negociações sobre os itens do PU, ao Incra cabendo a exclusividade de aprovar ou recusar as propostas das comunidades do PAE Maracá.

Ademais, o Incra, parceiro na gestão, não efetua a fiscalização, e sem punições para transgressores ele gera um clima de impunidade que agrava as relações internas e cumprimento do PU. Indiretamente, o Incra favorece problemas e o fracasso do PAE.

Em outras palavras, desqualifica as vozes dos agroextrativistas reduz a participação deles ao nível mais baixo da escala, ou no máximo no nível da concessão mínima e, comprometendo todo o processo de empoderamento das famílias extrativistas assentadas.

Esta é, também, a opinião de Cunha (2010, p.6) para quem o Plano nas reservas extrativistas “ passa a ser encarado e afirmado como um documento técnico que irá provar viabilidade de conformidade com as leis ambientais, dando centralidade ao meio ambiente”. Neste sentido, é inegável que ele reforça a subordinação da gestão aos saberes técnicos.

Apesar de todo discurso em favor da conservação ambiental e de que as famílias têm que fazer atividades de geração de renda alinhadas aos pressupostos do desenvolvimento sustentável, não identificamos no Projeto de Assentamento Agroextrativista do Maracá as políticas públicas que dessem suporte a esse desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente juntos.

Embora não haja um reconhecimento por parte de entes governamentais, é inegável que são os agroextrativistas com suas regras informais e, à margem do Estado e suas políticas, que, via associações, realizam a gestão ambiental e consolidam o PAE como território de suas (re)existências.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Geralda. Em busca da poética do sertão. In Almeida, M.G. **Geografia Cultural: um modo de ver**. Goiânia: Ed. UFG, 2018.

ALMEIDA, A W. B. "O GEBAM, as empresas agropecuárias e a expansão camponesa". In: IBASE. **Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: CODECRI, 1984. 51-70 p.

ARNSTEIN, Sherry R. **Uma escada da participação cidadã**. Associação Brasileira para o fortalecimento da participação. Participe. Porto alegre/Santa Crus do Sul. V 2, n. 2, jan. 2002, 2-13 p.

CANTALICE NETO, A. O subalterno e o discurso como resistência: uma dupla subalternidade, pobre e preso. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, v. 20, n. 1, 2015. 32-52 p.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUNHA, C. Conceição. **Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990**. 310 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

FILOCREÃO, A. S. M. Silva. I. C. A Política de Assentamentos Rurais no Estado do Amapá. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 9, 2016. 145-171 p.

FILOCREÃO, A. S. M.; MODESTO, A. C. Távora; RIBEIRO, K. Brito. Do campo a Luta: A Gênese da Organização Política dos Trabalhadores Agroextrativistas no Amapá. **Anais do VI Encontro Nacional da Anppas Belém - PA – Brasil**, 18 a 21 de setembro. 2012.

FILOCREÃO, A. S. M. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá**. 542f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento socioambiental). Belém: Universidade Federal do Pará, 2007.

FILOCREÃO, A. S. M. **Extrativismo e Capitalismo na Amazônia: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá**. Macapá: GEA/SEMA, 2002.

FLEXA, R. Costa. **As regras estabelecidas na apropriação dos recursos naturais pelos agroextrativistas do Assentamento Maracá-AP**. 130f. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional. Macapá. Universidade Federal do Amapá, 2013.

HEREDIA, Beatriz et al. **Os impactos regionais da reforma agrária**: um estudo sobre áreas selecionadas. Rio de Janeiro: Editora da UFRRJ, 2003

IBGE. (2017) **Censo Agropecuário**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>> Acesso em 25 de dezembro de 2019.

INCRA. **Plano de Desenvolvimento PAE Maracá**. Superintendência Regional do Amapá. Relatório. Macapá, 2004.

_____. **Projetos de Assentamento AgroExtrativistas PAE's** (cartilha). Brasília: INCRA, 1996.

_____. **Painel dos Assentados**: Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária, 2017.

_____. **Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987** - Cria a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista.

LITTLE, Paul. FILOCREÃO A. S. M. **Relatório Sócio-econômico: Projetos de Assentamento Extrativista Maracá I, II, III**. Macapá: IEA, 1994

MAIA, R. de Oliveira. **A política de regularização fundiária e reforma agrária: o PAE nas ilhas do Pará**. Dissertação de mestrado. Belém-PA: Universidade Federal do Pará. 2012

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Atica, 1981.

RIBEIRO, A. Carvalho. **Capital social e redes sociais no processo organizacional de comunidades agroextrativistas no Amapá**. 293f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Belém: Universidade Federal do Pará, 2008.

SANTANA, J. U. R. **Agroextrativismo e Sustentabilidade: avaliação de indicadores em assentamento rural de Sergipe**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe, 2012.

SILLS, Erin. **Relatório sobre a Reserva Extrativista do Rio Cajari e os Projetos de Assentamento Extrativista do Rio Maracá**. Macapá: Mimeografado, 1991.

SILVA, I. Costa da; LOMBA, Roni M; FILOCREÃO, A. S. MONTEIRO. Assentamentos rurais no estado do Amapá: uma visão da realidade. In: **Anais** do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

SOUSA, C. F. MELO; COSTA, F. M. F. SILVA. Planos de Utilização em Projetos de Assentamento Agroextrativistas: Autoritarismo e Participação. **Anais** da 30 Reunião da Antropologia Brasileira. João Pessoa, 2016.

SPIVACK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



[CAPA](#) [SOBRE](#) [PÁGINA DO USUÁRIO](#) [PESQUISA](#) [ATUAL](#)
[ANTERIORES](#) [NOTÍCIAS](#)

Capa > Usuário > Autor > Submissões > #7146 > **Resumo**

#7146 Sinopse

RESUMO [AVALIAÇÃO](#) [EDIÇÃO](#)

Submissão

Autores Maria Geralda de Almeida
Título Agroextrativistas e as controvérsias nas políticas sociais e ambientais em assentamentos no estado do Amapá
Documento original [7146-26004-1-SM.DOCX](#) 2020-01-28
Docs. sup. Nenhum(a) [INCLUIR DOCUMENTO SUPLEMENTAR](#)
Submetido por Senhora Maria Geralda de Almeida
Data de submissão janeiro 28, 2020 - 07:52
Seção ARTIGOS
Editor Revista NERA

Situação

Situação Em avaliação
Iniciado 2020-01-28
Última alteração 2020-01-31

Metadados da submissão

[EDITAR METADADOS](#)

Autores

Nome Maria Geralda de Almeida
ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-4765-3354>
URL <https://orcid.org/0000-0002-4765-3354>
Instituição/Afiliação Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás
País Brasil
Resumo da Biografia *Maria Geralda de Almeida*
 Professora doutora aposentada do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG) e integrante do Programa de Docente Voluntário dessa mesma universidade. É graduada em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); mestre e doutora em Geografia pela Université de Bordeaux III, pós-doutorado em geografia humana pela Universidad de Barcelona, em geografia cultural pela Université Laval, Università degli Studi di Genova e Université de Paris IV Paris-Sorbonne. É pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (Laboter), e no CNPq, coordena o Grupo de Pesquisa "Geografia Cultural: territórios e identidade". É membro das redes do Núcleo de

[OPEN JOURNAL SYSTEMS](#)

[Ajuda do sistema](#)

USUÁRIO

Logado como:

- galmeida**
- [Meus periódicos](#)
 - [Perfil](#)
 - [Sair do sistema](#)

AUTOR

Submissões

- [Ativo \(1\)](#)
- [Arquivo \(0\)](#)
- [Nova submissão](#)

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos ▼

Procurar

- [Por Edição](#)
- [Por Autor](#)
- [Por título](#)
- [Outras revistas](#)

TAMANHO DE FONTE

INFORMAÇÕES

- [Para leitores](#)
- [Para Autores](#)
- [Para Bibliotecários](#)

Estudos sobre Espaço e Representações (NEER) e Red internacional de Estudios de Territorio y Cultura (RETEC).

Contato principal para correspondência.

Título e Resumo

Título Agroextrativistas e as controvérsias nas políticas sociais e ambientais em assentamentos no estado do Amapá

Resumo A criação de Projeto de Assentamento de Agroextrativista – PAE – no sul do Amapá permitiu a instalação de uma parcela populacional vivendo de exploração da silvicultura. O Incra, responsável pela reforma agrária, reconheceu a existência de formas diferenciadas de ocupar o solo e de se relacionar com a natureza e criou uma modalidade de gestão conjunta, atribuindo às associações do PAE a participação na gestão. O objetivo deste artigo é analisar se a parceria causou o empoderamento dos assentados ou se foi uma estratégia para o autoritarismo do Incra. Os procedimentos metodológicos incluíram entrevistas aos gestores de associações e agroextrativistas, análise de documentos do Incra e da associação principal, complementando com leituras de teses e dissertações pertinentes ao assunto. Pode-se deduzir que desde o início o Incra adotou procedimentos inapropriados, visto que os assentados apresentam dissonância nas intenções, nas ações e mesmo na gestão. O Incra atua com autoritarismo, omissão, e seu descaso empobrece o Plano de Utilização, principal documento para a gestão do Assentamento.

Indexação

Área e sub-área do Conhecimento Geografia Humana

Palavras-chave subalternos; plano de utilização; gestão participativa; Incra; política de assentamento.

Idioma pt

Agências de fomento

Agências Capes



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

INDEXAÇÕES E BASES BIBLIOGRÁFICAS



 Resultado de imagem para DOAJ logo



Anexo 3

Povos indígenas em fronteiras e sem fronteiras: (des(re)territorializações e territorialidades fragilizadas no Amapá-Brasil

Maria Geralda de Almeida
UFG/UNIFAP bolsista PVNS

Na população indígena do Amapá destacam-se Galibi Marworno, Palikur, Karipuna, Galibi do Oiapoque vivendo na região do baixo Oiapoque. Em 1900, foi dividida entre o Brasil e a Guiana Francesa. No Brasil, os Palikur, por exemplo, estão distribuídos em cerca de treze aldeias. Na Guiana francesa, eles formam bairros indígenas em pelo menos quatro localidades desde a cidade fronteiriça até Macouria, cidade vizinha a Caiena. Os Karipuna frequentemente deslocam-se para Guiana Francesa para comercializarem e buscar trabalho. Apesar disso, para Capibaribe (2009) a divisão da fronteira inexistente, alegando que as diferenças que cada contexto apresenta não impedem uma identidade comum que conecta os povos Palikur. Esta hipótese, nos levou a este estudo, uma pesquisa qualitativa, com entrevistas as lideranças indígenas e visitas as aldeias fronteiriças. A presença do Brasil e da França se fez sentir com o tempo, e, os espaços fronteiriços evidenciam realidades socioculturais de fronteira. Apresentaremos a existência de uma condição transfronteira que afeta as territorialidades, principalmente dos Palikur diante das des-reterritorializações contínuas destes povos.

Palavras-chave: alteridade, transfronteira, transformações socioculturais, alterações espaciais, identidade territorial.

Madrid, 24-02-2020

Caro/a **ALMEIDA, MARIA GERALDA DE** :

A Organização do 6º Congresso Internacional de Antropologia AIBR, *Humanidade: Unidade e Diversidade*, tem o prazer de informar que a proposta de Comunicação de título

Povos indígenas em fronteiras e sem fronteiras: des(re)territorializações e territorialidades fragilizadas no Amapá-Brasil

apresentada por

ALMEIDA, MARIA GERALDA DE

foi aceita para sua apresentação durante o 6º Congresso Internacional de Antropologia AIBR, a ser realizado em Vila Real (Portugal) do 28 a 31 de julho de 2020.

Todas as informações relacionadas ao Congresso, incluindo os detalhes das taxas de inscrição, podem ser encontradas em www.2020.aibr.org. Segundo os regulamentos, lembramos que todos os autores e coautores de propostas aceites que desejam participar do 6º Congresso AIBR, receber certificados e ser incluído no Programa, teram necessariamente que se registrar e realizar o pagamento da inscrição no site do Congresso nas datas estipuladas.

O prazo para o pagamento da inscrição é o **15 de abril de 2020**. As inscrições serão gerenciadas na sua Área de congressista. Mais informações: <http://2020.aibr.org/pt/inscricao>

Será um prazer poder recebê-lo pessoalmente no 6º Congresso Internacional de Antropologia AIBR. Vêm você em Vila Real 2020!

Atenciosamente,



Presidente da AIBR

Sergio López Martínez





CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
Endereço: SBN Quadra 02 Lote 06 Bloco L, CEP 70040-020, Brasília – DF

ANEXO I

Relatório Parcial das Atividades Desenvolvidas pelo Professor Visitante Nacional Sênior (2018/2019)

Edital nº 20/2018 PVNS/Amazônia

I – Resumo das atividades do Professor Visitante na Instituição

Nome do bolsista (professor visitante): MARIA GERALDA DE ALMEIDA
Projeto em que o professor visitante está vinculado: Procad/Amazônia. Edital Nº 21/2018. “Construções de Estratégias de Desenvolvimento Regional e as Dinâmicas Territoriais do Amapá e Tocantins: 30 anos de desigualdades e complementaridades” MDR/UNIFAP
E-mail do professor visitante: galmeida@ufg.br

1. O professor visitante está atuando in loco na instituição em que desenvolve o plano de trabalho que justificou sua indicação como participante do programa? Em caso de sim, indicar a data de início das atividades na instituição e em caso de não, justificar o motivo.

Sim

Não

Desde fevereiro de 2019 como professora visitante permaneço entre 15 a 21 dias na Unifap, 2 períodos semestrais, com este número de dias, em cada semestre.

2. O professor visitante está dedicando-se ao desenvolvimento das atividades previstas no Plano de Trabalho de modo satisfatório?

Sim

Não

3. O professor visitante está cumprindo com o cronograma de execução das ações propostas? Se não, justifique o motivo.

Sim

Não

Parcialmente. Ainda não ocorreu a participação em bancas de qualificação e ou defesas, em função da atual crise da Pandemia Covid-19. Também, como professora a disciplina ofertada foi dividida com outro colega da instituição.



CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
Endereço: SBN Quadra 02 Lote 06 Bloco L, CEP 70040-020, Brasília – DF

4. Existe interesse da Instituição em substituir o professor visitante? Se sim, justifique o motivo.

Sim

Não

II – Resumo do Plano Institucional

1. As atividades do professor visitante estão sendo cumpridas conforme cronograma de execução informado no plano institucional enviado à CAPES? Em caso de negativa, justificar o(s) motivo(s).

Sim

Não

2. Descreva resumidamente as atividades desenvolvidas pelo professor visitante que corroboram com o cumprimento dos objetivos do programa PVNS:

- a) Apoiar a execução de estudos e pesquisas que, em conjunto com plano institucional, contribuam para a criação ou o fortalecimento de programas, além de propiciar a ampliação e a qualificação da produção de conhecimento científico.

1) Unifap – Fevereiro/ março 2019

a) Reuniões com os professores Antonio Sergio M. Filocreão (coordenador do Curso de Mestrado de Desenvolvimento Regional-MDR) e prof. José Francisco C. Ferreira (vice-coordenador), para discutir sobre a contribuição da PVNS para o Programa, apresentando o Plano de Trabalho.

b) Presença na Aula Inaugural do Mestrado de Desenvolvimento Regional-MDR com ex-governador do estado do Amapá, João Alberto Capiberibe. 11/03/2019

c) Participação de reuniões com os docentes para o Planejamento Estratégico do Mestrado de Desenvolvimento Regional- 27/02/2019 e 12/03/2019

d) Reunião com pós-graduandos do Mestrado Profissional em Estudos de Fronteira dia 28/02/2019

Apresentação do Projeto de Pesquisa “*Povos subalternos no território do Amapá e presenças nos planos de desenvolvimento estadual*” para os pós-graduandos do MDR. Unifap. 16 de junho a 05 de julho



CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
Endereço: SBN Quadra 02 Lote 06 Bloco L, CEP 70040-020, Brasília – DF

2) 03/07/2019. Trabalho de campo no Projeto de Assentamento Agroextrativista de Maracá, com os pos-graduandos Evandro Siqueira, Luan Patrick e Marcileia Lopes.

3) Entrevistas com técnico e lideranças dos movimentos sociais:

- 1) Rogerio C. Flexa-Presidente da Associação dos Agroextrativistas de Maracá
- 2) Aldemir Alves. Associação dos Castanheiros
- 3) Irene Borges. Associação das Mulheres Produtoras do PAE de Maracá.
- 4) Rocilda Xavier .Associação das Mulheres da Foz do Maracá.
- 5) Francinaldo Costa Oliveira- Técnico da Assistência Rural-Rurap.

Unifap- 05 a 28 de outubro

a) Colaboração na disciplina: Ecologia Política, 32 h. (dias 05/ 09 e 10/10) e na realização de uma mesa-redonda com lideranças representativas de movimentos sociais, presidentes de cooperativas. As lideranças foram: Cooperativa Mista Agroextrativista dos Produtores do Vale do Jari - COOPERFLORA (Castanha); Cooperativa Agrícola da Gleba do Matapi - AGROPORTO (açai) e Cooperativa Dourada dos Produtores de Pescados do Município de Santana - DOURADA (Pescado).

b) Ida ao Inbra para reforçar o empenho da PNVS em ter os dados para o projeto de pesquisa.

c) Na Organização das Cooperativas do Brasil - OCP/AP participou de uma reunião cuja pauta foi sobre a formação dos consórcios para a compra de equipamentos, sobre capacitações e sobre assistência em Arquitetura e Urbanismo, convidada pelo prof. Jodival M. Costa.

d) Visita ao Centro Integrado de Formação para Pesca e Aquicultura, em Santana, com o prof. Jodival Costa.

3 Incentivar a criação e/ou consolidação de linhas de pesquisa e de áreas de concentração no âmbito dos programas de pós-graduação.

02/07/ 2019 reunião com os professores do MDR: Jose Alberto Tostes, Jadson Porto, Marco A. Chagas e o coordenador prof. Antonio Sergio M. Filocreão, na qual recomendou:

- aumentar o número para 2 mestrandos por orientador, atualmente sendo um;
- rever a presença, no Mestrado, de docentes que participam de até 4 Cursos de Pós-Graduação. Sugeriu discutir a produção e a dedicação em cada Curso para ver a pertinência de manter o professor com este perfil, no MDR;
- estabelecer número de candidatos por linha de pesquisa no processo seletivo e, após a seleção já definir o orientador para avançar na seleção; atualmente o mestrando fica um



CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
Endereço: SBN Quadra 02 Lote 06 Bloco L, CEP 70040-020, Brasília – DF

semestre ou mais sem orientador;

- realizar seminário interno procurando se servir do momento para melhorar as dissertações;
- fazer cotas para quilombolas e mestrandos no MDR, processo inexistente na Pós-Graduação da Unifap e que favorece a inserção social do Mestrado;
- procurar envolver em projetos para desenvolvimento destinados aos quilombolas e indígenas para fortalecer a Inserção Social e os pontos fortes do MDR;
- ampliar publicação em periódicos, diversificando a produção centrada em livros e na revista local Pracs.
- Convidou ao prof. Jodival M, Costa para participar do evento Seminário Internacional Sobre Territorio y Cultura SEMITEC 20 a 23/11 2019 - Rionegro, Antioquia-Colombia.
- Envio para o referido seminário do resumo: “Agroextrativistas assentados: subalternos na política desenvolvimentista no estado do Amapa- Brasil”. Posteriormente, em janeiro, envio do artigo em espanhol, publicação em um livro.

4 Contribuir para o desenvolvimento de planos, programas e projetos que propiciem a implementação de ações de articulação das redes de cooperação apoiadas pelo PROCAD/Amazônia.

- a) **Contribuição à produção de mestrandos.** Incentivo à participação em evento com apresentação de trabalhos. TURISMO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN), SANTANA, AP. Luan Patrick dos Santos Silva, **Evandro Freitas Siqueira**-Funap/MDR. Maria Geralda de Almeida. Seminário Internacional da Rede TP3.,Belem-PA, 7 de novembro 2019.
- b) Produção de artigo para participação do Seminário PROCAD-Palmas, 27 a 29 novembro 2019, mestrandos do MDR/Funap. Mariléia do Socorro da Rocha Campos Lopes' **Luan Patrick dos Santos Silva**, Evandro Freitas Siqueira e Maria Geralda de Almeida, AGROEXTRATIVISTAS ASSENTADOS DE MARACÁ: E SUAS PERCEPÇÕES DA POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA NO ESTADO DO AMAPÁ – BRASIL Este artigo será publicado em um livro.
- c) Participação do evento PROCAD-Palmas, em 27 a 29 novembro 2019 e reuniões dos coordenadores do Procad para avaliação e programação das atividades 2020.
- d) Envio de edital IPEA- bolsa para mestrandos- para Lucia Tereza Ribeiro.
- e) Para a coordenação do MDR alertando para o edital da Capes- Portugal, [Edital nº 22/2019](#) que trata do Programa [CAPES-FCT](#).



CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
Endereço: SBN Quadra 02 Lote 06 Bloco L, CEP 70040-020, Brasília – DF

f) Apresentação ao Coordenador e à Pro-Reitoria de Pós-Graduação dos professores franceses Theo Jacob e Catherine Aubertin para possível colaboração no MDR como prof. Visitante estrangeiro.

5 Houve alteração na proposta institucional enviada à CAPES? Se sim, informar quais.

As alterações ocorreram na não realização da proposta de Colóquios e Encontros, na não participação de qualificação e defesa e na oferta de duas disciplinas por ano,

Justificativa: Não houve aceitação de realizar os colóquios e encontros com os mestrandos, tendo em vista as incertezas geradas pela Pandemia Covid-19. Pela razão de o PPP do Programa e o Regimento Interno terem sido reformulados, aguardando aprovação pelo CONSU/UNIFAP, não foi possível ofertar mais de uma disciplina, assim como não houve, ainda, qualificações e defesas, dado que a Suspensão do Calendário Acadêmico, em função da Pandemia Covid-19, impossibilitou, até ao momento, a sua realização.

6 Avaliação da Pró-Reitoria sobre os resultados obtidos.

Macapá, 27 de abril de 2020

Assinatura da Pró-Reitoria de Pós-Graduação

ANEXO II

Relatório Final das Atividades Desenvolvidas pelo Professor Visitante Nacional Sênior (2018/2020)

Edital nº 20/2018 PVNS/Amazônia

I – Resumo das atividades do Professor Visitante na Instituição

Nome do bolsista (professor visitante): MARIA GERALDA DE ALMEIDA
Projeto em que o professor visitante está vinculado: Procad/Amazonia. Edital Nº 21/2018. “Construções de Estratégias de Desenvolvimento Regional e as Dinâmicas Territoriais do Amapá e Tocantins: 30 anos de desigualdades e complementaridades” MDR/UNIFAP
E-mail do professor visitante: galmeida@ufg.br

1. O professor visitante está atuando in loco na instituição em que desenvolve o plano de trabalho que justificou sua indicação como participante do programa? Em caso de sim, indicar a data de início das atividades na instituição e em caso de não, justificar o motivo.

Sim
 Não

Desde fevereiro de 2019 como professora visitante permaneço entre 15 a 21 dias na Unifap, 2 períodos semestrais, com este número de dias, em cada visita no semestre.

2. O professor visitante está dedicando-se ao desenvolvimento das atividades previstas no Plano de Trabalho de modo satisfatório?

Sim
 Não

3. O professor visitante está cumprindo com o cronograma de execução das ações propostas? Se não, justifique o motivo.

Sim
 Não

4. Existe interesse da Instituição em substituir o professor visitante? Se sim, justifique o motivo.

Sim

(X) Não

II – Resumo do Plano Institucional

1. As atividades do professor visitante estão sendo cumpridas conforme cronograma de execução informado no plano institucional enviado à CAPES? Em caso de negativa, justificar o(s) motivo(s).

(X) Sim

() Não

As atividades de pesquisa desenvolveram conforme o calendário acadêmico e com excelentes resultados tendo em vista ter ocorrido o envolvimento de mestrandos do Mestrado de Desenvolvimento Regional na pesquisa, nas atividades de campo, produção de artigos. Um deles foi publicado em revista A2,3 tiveram apresentações em eventos internacionais. No caso do ensino foi ministrada uma disciplina em parceria com um professor permanente do Mestrado.

2. Descreva resumidamente as atividades desenvolvidas pelo professor visitante que corroboram com o cumprimento dos objetivos do programa PVNS:
 - a) Apoio à execução de estudos e pesquisas que, em conjunto com plano institucional, contribuam para a criação ou o fortalecimento de programas, além de propiciar a ampliação e a qualificação da produção de conhecimento científico.

1) Unifap – Fevereiro/ março 2019

- a) Reuniões com os professores Antonio Sergio M. Filocreão (coordenador do Curso de Mestrado de Desenvolvimento Regional- MDR) e prof. José Francisco Ferreira para discutir sobre minha contribuição apresentando o Plano de Trabalho.
- b) Presença na Aula Inaugural do Mestrado de Desenvolvimento Regional- MDR .ex-governador do estado do Amapá, João Alberto Capiberibe. 11/03/2019
- c) Participação de reuniões com os docentes para o Planejamento Estratégico do Mestrado de Desenvolvimento Regional- 27/02/2019 e 12/03/2019
- d) Reunião com pós-graduandos do Mestrado Profissional em Estudos de Fronteira dia 28/02/2019

Apresentação do Projeto de Pesquisa “*Povos subalternos no território do Amapá e presenças nos planos de desenvolvimento estadual*” para os pós-graduandos do MDR. Unifap. 16 de junho a 05 de julho

- a) 03/07/2019. Trabalho de campo no Projeto de Assentamento Agroextrativista de Maracá, com os pos-graduandos Evandro Siqueira, Luan Patrick e Marcileia Lopes.
- b) Entrevistas com técnico e lideranças dos movimentos sociais:
 - 1) Rogerio C. Flexa-Presidente da Associação dos Agroextrativistas de Maracá
 - 2) Aldemir Alves. Associação dos Castanheiros
 - 3) Irene Borges. Associação das Mulheres Produtoras do PAE de Maracá.
 - 4) Rocilda Xavier. Associação das Mulheres da Foz do Maracá.
 - 5) Francinaldo Costa Oliveira- Técnico da Assistência Rural. Rurap.

UNIFAP - 05 a 28 de outubro 2019

1. Colaboração na disciplina: Ecologia Política, 32 h. (dias 05/ 09 e 10/10) e colaborando na realização de uma mesa-redonda com lideranças representativas de movimentos sociais, presidentes de cooperativas. As lideranças foram: Cooperativa Mista Agroextrativista dos Produtores do Vale do Jarí - COOPERFLORA (Castanha); Cooperativa Agrícola da Gleba do Matapi - AGROPORTO (açai) e Cooperativa Dourada dos Produtores de Pescados do Município de Santana - DOURADA (Pescado).
2. Ida ao Incra para reforçar meu empenho em ter os dados para o projeto de pesquisa.
3. Na Organização das Cooperativas do Brasil - OCP/AP participei de uma reunião cuja pauta foi sobre a formação dos consórcios para a compra de equipamentos, sobre capacitações e sobre assistência em Arquitetura e Urbanismo, convidada pelo prof. Jodival M. Costa.
4. Visita ao Centro Integrado de Formação para Pesca e Aquicultura, em Santana, com o prof. Jodival Costa.

UNIFAP - Oiapoque 16/02/2020 a 04/03/ 2020

1. Encontros com mestrandos Luan Patrick Santos Silva, Evandro Siqueira e Maria Tereza Ribeiro para discutir proximo campo para pesquisa.
2. INCRA- coleta de dados e mapas sobre os Projetos de Assentamentos.

3. Oiapoque – 23/02 a 27/02 – Visitas as lideranças de 4 aldeias localizadas ao longo da Br- 156, nas Terras Indígenas de Uaçá; ida a Saint-Georges para entrevistas aos indígenas migrantes do Brasil para comercializarem; ida a Funai- Oiapoque e entrevista ao chefe Joenes Antonio Pereira.

Entrevista com o sr. Gilberto Laparrá, cacique Palikur, coordenador do Conselho Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO).

Conversa com os professores da Licenciatura Intercultural Indígena, Universidade Federal do Amapá- Campus Binacional do Oiapoque Solange Rodrigues da Silva, Janielle da Silva Melo e Adriano Michel Helfenstein

5. Incentivar a criação e/ou consolidação de linhas de pesquisa e de áreas de concentração no âmbito dos programas de pós-graduação.

02/07/2019 reunião com os professores do MDR: Jose Alberto Tostes, Jadson Porto, Marco A. Chagas e o coordenador prof. Antonio Sergio M. Filocreão recomendei:

- aumentar o número para 2 mestrados por orientador, atualmente sendo um;
- rever a presença, no Mestrado, de docentes que participam de até 4 Cursos de Pós-Graduação. Sugeri discutir a produção e a dedicação em cada Curso para ver a pertinência de manter o professor com este perfil, no MDR;
- estabelecer número de candidatos por linha de pesquisa no processo seletivo e, após a seleção já definir o orientador para avançar na seleção; atualmente o mestrando fica um semestre ou mais sem orientador;
- realizar seminário interno procurando se servir do momento para melhorar as dissertações;
- fazer cotas para quilombolas e mestrados no MDR, processo inexistente na Pós- Graduação da Unifap e que favorece a inserção social do Mestrado;
- procurar envolver em projetos para desenvolvimento destinados aos quilombolas e indígenas para fortalecer a Inserção Social e os pontos fortes do MDR;
- ampliar publicação em periódicos, diversificando a produção centrada em livros e na revista local Pracs.

Convite ao prof. Jodival M, Costa para participar do evento Seminário Internacional Sobre Territorio y Cultura SEMITEC 20 a 23/11 2019 -

Rionegro, Antioquia-Colombia.

Envio para o referido seminário do resumo: “Agroextrativistas assentados: subalternos na política desenvolvimentista no estado do Amapá- Brasil”.

Posteriormente , em janeiro, envio do artigo em espanhol, publicação será em livro (prelo) .

-Participação no 6 Congresso Internacional AIBR- julho 2020, tema- “Povos indígenas em fronteiras sem fronteiras:(des) territorializações e territorialidades fragilizadas no Amapá-Brasil”.

Doutoranda Elizeth Costa e Silva – PPGeo- UFG e Maria Geralda de Almeida submeteram artigo a revista Pracs- Unifap, aceito para ser publicado no próximo número: “ Identidades Territoriais Kalunga da/na Comunidade Quilombola do Mimoso, em Tocantins”.

Publicação de artigo: ALMEIDA, M. G.. Povos indígenas, identidades territoriais e territorialidades fragilizadas no norte do Amapá, Brasil. Ateliê geográfico (UFG), v. 14, p. 91-111, 2020.

6. Contribuir para o desenvolvimento de planos, programas e projetos que propiciem a implementação de ações de articulação das redes de cooperação apoiadas pelo PROCAD/Amazônia.

Contribuição à produção de mestrados. Incentivo a participação em evento com apresentação de trabalhos.

1. *Turismo em Unidade de Conservação: Reserva Particular do Patrimônio Natural (Rppn), Santana, Ap.* Luan Patrick dos Santos Silva , Evandro Freitas Siqueira, Maria Geralda de Almeida –MDR/Unifap . Seminário Internacional da Rede TP3, Belem-PA, 7 de novembro 2019. Este trabalho foi selecionado para uma publicação na revista Naea-UFPA, edição especial. Contudo, a pandemia impediu aos autores a atualização de dados que seria possível com o retorno à RPPN localizada em uma ilha.
2. Produção de artigo pelos mestrados do MDR/Unifap. Marciléia do Socorro da Rocha Campos Lopes, Luan Patrick dos Santos Silva, Evandro Freitas Siqueira e Maria Geralda de Almeida. *Agroextrativistas Assentados de Maracá: e suas Percepções da Política Desenvolvimentista no Estado do Amapá – Brasil.* Anais Seminário PROCAD-Palmas, 27 a 29 novembro 2019, p. 79-93 .
3. Participação do evento PROCAD-Palmas , em 27 a 29 novembro 2019 e reuniões dos coordenadores do Procad para avaliação e programação das atividades 2020.
- 4- Envio de edital IPEA- bolsa para mestrados- para Lucia Tereza Ribeiro.
- 5- Para a coordenação do MDR alertando para o edital da Capes- Portugal, Edital nº 22/2019 que trata do Programa CAPES-FCT,

6- Apresentação ao Coordenador e a Pro-Reitoria de Pós-Graduação dos professores franceses Theo Jacob e Catherine Aubertin para possível colaboração no MDR como prof. Visitante estrangeiro.

7. Colaboração, em junho de 2020, no Projeto de Consolidação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGMDR e do Programa de Pós Graduação em Educação submetido ao Edital CAPES Nº 13/2020.

7. Houve alteração na proposta institucional enviada à CAPES? Se sim, informar quais.

As alterações ocorreram na não realização da proposta de Colóquios e Encontros, da Ofertas de duas disciplinas por ano; também, não aconteceu a participação em bancas.

Justificativa: A despeito de constar no Plano de Trabalho submetido ao MDR, não houve demonstração de interesse de realizar os colóquios e encontros com os mestrandos. O MDR preferiu que somente uma disciplina fosse ofertada e compartilhada com um professor local; e, não houve convite para participação de bancas.

A partir de março, pela ocorrência da pandemia pelo Covid-19, afetando as atividades acadêmicas, houve a suspensão de minha permanência no estado do Amapá. Contudo, houve produção e publicação de artigo, participação em evento internacional com apresentação de trabalho produzido nas pesquisas no Amapá.

8. Avaliação da Pró-Reitoria sobre os resultados obtidos.

Local e Data

Assinatura da Pró-Reitoria de Pós-Graduação



CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Endereço: SBN Quadra 02 Lote 06 Bloco L, CEP 70040-020, Brasília – DF

Relatório Analítico de Atividades Desenvolvidas pelo Professor Visitante Nacional Sênior (2018 a 2021)

Edital nº 20/2018 PVNS/Amazônia

Nome do bolsista (professor visitante): MARIA GERALDA DE ALMEIDA
Projeto em que o professor visitante está vinculado: Procad/Amazonia. Edital Nº 21/2018. “Construções de Estratégias de Desenvolvimento Regional e as Dinâmicas Territoriais do Amapá e Tocantins: 30 anos de desigualdades e complementaridades” MDR/UNIFAP
E-mail do professor visitante: galmeida@ufg.br e mqdealmeida10@gmail.com

Este relatório analítico está construído com base nas atividades de ensino, aquelas de pesquisadora e, naquelas de apoio à Pró-Reitoria de Pós-Graduação na relação com a Capes. Estes segmentos constituíram as principais vertentes de minha condição de professora visitante.

Conforme recomenda-se para um relatório desta modalidade abordei o proposto no Plano de Trabalho e o detalho para, posteriormente avaliar. Adotei fazer uma retrospectiva das atividades desempenhadas em cada um dos três segmentos, finalizando com uma breve avaliação baseada em análise crítica do realizado no Procad. Acredito ter desenvolvido satisfatoriamente o Plano de Trabalho no que dependia exclusivamente de mim. No final do relatório apresento perspectivas de ações que possam trazer enriquecimento ao Mestrado de Desenvolvimento Regional e, justificam a continuidade do Professor Visitante Sênior no Procad;

1. Segmento de atividades no ensino

Desde início de fevereiro de 2019, iniciei as atividades na Universidade Federal do Amapá-Unifap, me apresentando à Pro-Reitoria de Pós-Graduação e ao Mestrado de Desenvolvimento Regional-PPGMDR.

a) Reuniões com os professores Antonio Sergio M. Filocreão (coordenador do PPGMDR e prof. José Francisco Ferreira (Vice-Coodenador do PPGMDR) para discutir sobre minha contribuição apresentando o Plano de Trabalho.

b) Presença na Aula Inaugural do PPGMDR com o ex-governador do estado do Amapá, João Alberto Capiberibe.



CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Endereço: SBN Quadra 02 Lote 06 Bloco L, CEP 70040-020, Brasília – DF

c) Participação de duas reuniões com os docentes para o Planejamento Estratégico do Mestrado de Desenvolvimento Regional- 27/02/2019 e 12/03/2019

d) Reunião com pós-graduandos do Mestrado Profissional em Estudos de Fronteira dia 28/02/2019 Apresentação do Projeto de Pesquisa “*Povos subalternos no território do Amapá e presenças nos planos de desenvolvimento estadual*” para os pos- graduandos do MDR.

e) Colaboração com aulas na disciplina: Ecologia Política, 32 h. (dias 05/09 e 10/10) e colaborando na realização de uma mesa-redonda com lideranças representativas de movimentos sociais, presidentes de cooperativas. As lideranças foram: Cooperativa Mista Agroextrativista dos Produtores do Vale do Jarí - COOPERFLORA (Castanha); Cooperativa Agrícola da Gleba do Matapi - AGROPORTO (açai) e Cooperativa Dourada dos Produtores de Pescados do Município de Santana - DOURADA (Pescado).

f) Contribuição ainda na disciplina “Fronteiras do saber e do poder nos territórios culturais e ambientais da Amazônia” (07/12/2020), com o tema *Território e Cultura*, no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira.

g) Também, no Programa de Pos-Graduação em Geografia, na disciplina de Teoria e Método, ministrada pelos professores Emmanuel Santos e Jodival M. da Costa, abordei a “*Pesquisa na Geografia Cultural*” (10/02/2021).

h) 02/07/ 2019 reunião com os professores do MDR: Jose Alberto Tostes, Jadson Porto, Marco A. Chagas e o coordenador prof. Antonio Sergio M. Filocreão recomendei:

- aumentar o número para 2 mestrandos por orientador, atualmente sendo um;
- rever a presença, no Mestrado, de docentes que participam de até 4 Cursos de Pós-Graduação. Sugeri discutir a produção e a dedicação em cada Curso para ver a pertinência de manter o professor com este perfil, no MDR;
- estabelecer número de candidatos por linha de pesquisa no processo seletivo e, após a seleção, já definir o orientador para avançar na seleção; atualmente o mestrando fica um semestre ou mais sem orientador;
- realizar seminário interno procurando se servir do momento para aprimorar as dissertações;
- fazer cotas para quilombolas e mestrandos no MDR, processo inexistente na



CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Endereço: SBN Quadra 02 Lote 06 Bloco L, CEP 70040-020, Brasília – DF

Pós- Graduação da Unifap e que favorece a inserção social do Mestrado;

- procurar envolver em projetos para desenvolvimento destinados aos quilombolas e indígenas para fortalecer a Inserção Social e os pontos fortes do PPGMDR;

- ampliar publicação em periódicos, diversificando a produção centrada em livros e na revista local PRACS.

Avaliando as recomendações, em 2021, observei os seguintes avanços no MDR:

- Em 2021 já foi determinado e implementado que os professores integrantes de apenas um programa, ou seja, no MDR, poderiam oferecer 2 vagas para orientação;

- Na recomendação sobre restringir no quadro de docentes principalmente àqueles de maior dedicação, desde 2020 há desligamentos, porém, eles resultam da opção e decisão de professores. E, para dar mais consistência ao MDR a Coordenação no ano de 2021, executa um processo de credenciamento de professores.

- O processo de ingresso na Pós-Graduação, com orientador ou definir o orientador somente após o ingresso, já experimentou várias modalidades. Os professores se preocupam com injustiça aos bons candidatos. De forma que a modalidade que a Coordenação pensa superar prejuízos aos candidatos foi a que prevalece: todos são mantidos na mesma classificação, mantido o mérito do aluno e não a escolha do orientador, que, em várias seleções, havia excluído vários candidatos com melhor nota. E, assim que encerra o processo seletivo, o orientador é escolhido/definido para cada orientando.

- Sobre cotas para quilombolas e indígenas no MDR, isso já existe nos editais. O MDR foi um dos primeiros a incluir as cotas para quilombolas, indígenas, pessoas de baixa renda, pessoas Trans como exige a legislação.

- No que tange à recomendação de procurar desenvolver projetos para desenvolvimento destinados aos quilombolas e indígenas para fortalecer a Inserção Social e os pontos fortes do MDR, os docentes têm concorrido a vários editais para financiamentos a projetos nos municípios e integrar o maior número de pessoas/grupos no alcance do MDR. O Observatório de Desenvolvimento Regional, em parceria com o Mestrado da Educação, é o exemplo mais claro desse interesse de envolver e trabalhar com grupos/instituições do estado, no sentido de aproximar a ciência das comunidades.



CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Endereço: SBN Quadra 02 Lote 06 Bloco L, CEP 70040-020, Brasília – DF

- A despeito de acreditar na importância do seminário interno para melhorar as dissertações a Coordenação foi bloqueada em 2020 pela pandemia. Ela dificultou a operacionalização desse evento, assim como de outros eventos que estavam programados para acontecer e que não aconteceram por não poderem ser operacionalizados presencialmente.

- i) Convite ao prof. Jodival M, Costa para participar do evento Seminário Internacional Sobre Território y Cultura SEMITEC 20 a 23/11 2019 - Rionegro, Antioquia-Colombia.
- j) Também, procurei contribuir para integração entre programas e projetos que propiciem a implementação de ações de articulação das redes de cooperação apoiadas pelo PROCAD/Amazônia. Articulei o contato entre professores do MDR com a professora Maria de Jesus Morais (Mestrado em Geografia-UFAC) e o professor Josué da Costa Silva da Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia- Ambiente e Território na Pan-Amazonica da UNIR- Rondônia.
- k) Com o objetivo de estimular o contato com outros pós-graduandos incentivei participar de eventos e também ampliar a produção de mestrados. Incentivo à participação em evento com apresentação de trabalhos.

1. SILVA, L. P. S.; SIQUEIRA, Evandro Freitas; ALMEIDA, M. G.. Turismo em Unidade de Conservação: Reserva Particular do Patrimônio Natural (Rppn), Santana, AP. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL TURISMO, PATRIMÔNIO E POLÍTICAS PÚBLICAS e IX CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO AstRES, 2019, Belém. III SEMINÁRIO INTERNACIONAL TURISMO, PATRIMÔNIO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2019.

2. LOPES, M. S. R. C.; SILVA, L. P. S.; SIQUEIRA, Evandro Freitas ; ALMEIDA, M. G. . Agroextrativistas Assentados de Maracá: Subalternos e suas Percepções da Política Desenvolvimentista no Estado do Amapá Brasil. In: ANAIS DO I SEMINÁRIO PROGRAMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA NA AMAZÔNIA (PROCAD AMAZÔNIA): entre estratégias de desenvolvimento regional e as dinâmicas territoriais do Amapá e Tocantins: Intenções de dois Estados em , 2019. v. I. p. 38-51.

3. Participação do evento PROCAD-Palmas, em 27 a 29 novembro 2019 e de reuniões dos coordenadores do Procad para avaliação e programação das atividades 2020.

- l) Envio de edital IPEA- bolsa para mestranda do MDR- Lucia Tereza Ribeiro.



CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Endereço: SBN Quadra 02 Lote 06 Bloco L, CEP 70040-020, Brasília – DF

m) Para a coordenação do MDR alerta sobre o edital da Capes- Portugal, Edital nº 22/2019 que tratava do Programa CAPES-FCT,

n) Apresentação ao Coordenador e a Pro-Reitoria de Pós-Graduação dos professores franceses Theo Jacob e Catherine Aubertin para possível colaboração no MDR como prof. Visitante estrangeiro.

o) Encontro com a coordenadora do recém criado Mestrado de Geografia, profa. Daquinete M.Chaves Brito para discutir colaboração em atividades em 2020.

Conclui-se que na programação prevista no Plano de Trabalho houve a minha atuação, simultaneamente, na colaboração aos docentes e no estímulo e incentivo aos discentes na pesquisa e na publicação. Foi positiva para fortalecer a produção acadêmica com duas publicações de discentes em Anais de eventos distintos.

A colaboração aos docentes realizou-se no planejamento estratégico do curso, no preenchimento na plataforma Sucupira, na parceria na oferta de disciplinas e palestras. Infelizmente, a pandemia da Covid-19 em 2020, impediu minha presença em Macapá e o estreitamento das atividades com os docentes. Estive, de forma virtual, em 2 disciplinas no Mestrado de Estudos de Fronteira e no Mestrado de Geografia. Também, procurei contribuir para integração entre programas da própria Amazonia que propiciem a implementação de ações de articulação das redes de cooperação apoiadas pelo PROCAD/Amazônia. A realização do Seminário das instituições parceiras, em 2019, em Palmas-TO, permitiu um estreitamento das relações entre pesquisadores, ajustes de objetivos e realizar avanços no plano de trabalho. Visando a internacionalização passos foram dados para estabelecer relações com pesquisadores franceses e colombianos. Particularmente, considero que a proximidade geográfica com a Guiana Francesa deveria ser melhor aproveitada para parcerias e intercâmbios, principalmente se a pós-graduação destina-se ao desenvolvimento regional.

2. Segmento de atividades na pesquisa

a) Tive o cuidado, inicialmente, em conhecer os projetos de dissertações dos mestrandos. Apesar do tema da pós-graduação ser desenvolvimento regional, chamou minha atenção a existência de numerosos projetos focarem estudos urbanos e ambientais. Eles não estabeleciam amarras que conduzissem a uma escala regional e apresentavam, na minha concepção, um desencontro com os objetivos propostos pelo Mestrado específico em Regional, fato que alertei aos mestrandos. Contudo, tal entendimento que prioriza a centralidade urbana no desenvolvimento regional existe por parte de professores /orientadores do MDR; e, apesar de propor inclusão de discussões e análises regionais aos estudos urbanos não me consta ajustes



CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Endereço: SBN Quadra 02 Lote 06 Bloco L, CEP 70040-020, Brasília – DF

e adaptações nos projetos de dissertações em andamento desde 2019. Desta forma, no meu entendimento, o MDR ainda não desempenha de forma satisfatória como uma via de execução de estudos e pesquisas que atendam os anseios políticos regionais de planos institucionais. Ressalto que esta é uma questão de compreensão de escala, de concepção de regional, de vivência e interpretação da realidade local, isto é, divergências comuns presentes na academia.

b) Contribuição para o fortalecimento de programa, além de propiciar a ampliação e a qualificação da produção de conhecimento científico, já mencionado, ocorreu com a produção científica dos discentes.

c) Trabalho de campo no Amapá

- As atividades de pesquisa desenvolveram conforme o calendário acadêmico e com excelentes resultados tendo em vista ter ocorrido o envolvimento de mestrandos do Mestrado de Desenvolvimento Regional na pesquisa, nas atividades de campo e produção de artigos. Um deles foi publicado em revista A2, e 3 artigos (um deles coautoria com os mestrandos e já citado no segmento de atividades de ensino) tiveram apresentações em eventos internacionais.

1 – 03 a 05/07/2019. Trabalho de campo no Projeto de Assentamento Agroextrativista de Maracá, com os pos-graduandos Evandro Siqueira, Luan Patrick e Marcileia Lopes.

2 – Entrevistas com técnico e lideranças dos movimentos sociais:

2.1. Rogério C. Flexa-Presidente da Associação dos Agroextrativistas de Maracá

2.2. Aldemir Alves. Associação dos Castanheiros

2.3. Irene Borges. Associação das Mulheres Produtoras do PAE de Maracá.

2.4. Rocilda Xavier. Associação das Mulheres da Foz do Maracá.

2.5). Francinaldo Costa Oliveira- Técnico da Assistência Rural. Rurap.-

3-Na Organização das Cooperativas do Brasil - OCP/AP participei de uma reunião cuja pauta foi sobre a formação dos consórcios para a compra de equipamentos para os Assentamentos e para capacitações; com a assistência de profissionais da Arquitetura e Urbanismo, convidada pelo prof. Jodival M. Costa.

4. Visita ao Centro Integrado de Formação para Pesca e Aquicultura, em Santana, com o prof. Jodival M. Costa.



CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Endereço: SBN Quadra 02 Lote 06 Bloco L, CEP 70040-020, Brasília – DF

5. Visita a FUNAI- AP para autorização a visita as Terras Indígenas do Oiapoque. Entrevista ao coordenador João Benedito Vilhena dos Santos.
6. INCRA- Ida para apresentar o Projeto de Pesquisa. Contato Gersuliano Pinto, coordenador dos P.As e PAE 's, no Incra. 25/02/2019 e 15/03 entrei naquele órgão com o processo 54000.035054/2019-33 solicitando os dados referentes Projetos.
7. 1/02;20 a 04/02/20 Encontros com mestrandos Luan Patrick Santos Silva, Evandro Siqueira e Maria Tereza Ribeiro para discutir próximo campo para pesquisa no Oiapoque.
8. Oiapoque – 23/02 a 27/02 – Com o mestrando do MDR, Evandro Siqueira visitas as lideranças de 4 aldeias localizadas ao longo da Br- 156, nas Terras Indigenas de Uaçá; visita a Saint-Georges para entrevistas aos indigenas migrantes do Brasil para comercializarem; ida a Funai- Oiapoque e entrevista ao chefe do posto local Joenes Antonio Pereira.
9. Entrevista com o sr. Gilberto Iaparrá, cacique Palikur, coordenador do Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO).
10. Conversa com os professores da Licenciatura Intercultural Indigena, na Universidade Federal do Amapá – Campus Binacional do Oiapoque Solange Rodrigues da Silva, **Janielle da Silva Melo** e Adriano Michel Helfenstein

Participação em eventos com apresentações sobre a pesquisa no Amapá:

- a) XVIII Seminário Internacional Territorio y Cultura- Universidad Catolica do Oriente- OUCO e RETEC. Rionegro- Colombia.
Autora: ALMEIDA, M.G. *Agroextractivistas de la reforma agraria, subalternos en las políticas públicas en el estado de Amapá*. Data 23/11/2019.
- b) 6 AIBR- Humanidades en emergencia: salud y reconstrucción social. Porto Real- Espanha
Autor(a) ALMEIDA, Maria Geralda Comunicación: *Povos indígenas em fronteiras e sem fronteiras: des(re)territorializações e territorialidades fragilizadas no Amapá-Brasil*. Painel: FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE AUTOREPRESENTAÇÃO DOS INDÍGENAS: TURISMO, MUSEUS, ESCOLAS INDÍGENAS DIFERENCIADAS, E PERFORMANCES RITUAIS
Dia: 29/7/2020



CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Endereço: SBN Quadra 02 Lote 06 Bloco L, CEP 70040-020, Brasília – DF

- c) SEMINÁRIO PROGRAMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA NA AMAZÔNIA (PROCAD AMAZÔNIA): entre estratégias de desenvolvimento regional e as dinâmicas territoriais do Amapá e Tocantins: Intenções de dois Estados em construção, novembro 2019.

Artigos publicados

1-ALMEIDA, M. G.. Povos indígenas, identidades territoriais e territorialidades fragilizadas no norte do Amapá, Brasil. *Ateliê geográfico* (UFG), v. 14, p. 91-111, 2020.

2.LOPES, M. S. R. C. ; SILVA, L. P. S. ; SIQUEIRA, Evandro Freitas ; ALMEIDA, M. G. . Agroextrativistas Assentados De Maracá: Subalternos e suas Percepções da Política Desenvolvimentista no Estado do Amapá Brasil. In: ANAIS DO I SEMINÁRIO PROGRAMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA NA AMAZÔNIA (PROCAD AMAZÔNIA): entre estratégias de desenvolvimento regional e as dinâmicas territoriais do Amapá e Tocantins: Intenções de dois Estados em construção, 2019. v. I. p. 38-51

Artigo Submetido

Revista NERA, em 30/10/2020: ALMEIDA, M;G. *Agroextrativistas e as controvérsias nas políticas sociais e ambientais no assentamento de Maracá, no estado do Amapá.*

Capítulo de livro no prelo

A ser publicado pela Universidad Catolica do Oriente- OUCO e Red de estudios sobre Territorio y cultura- RETEC. Rionegro- Colombia.

Título: *Medioambiente: Dinámica de gestión de ecosistemas. Estado y manejo de recursos naturales de diversos territorios* . Silvia Lucía Villabona González y Dagoberto Castro Restrepo (Eds.) **ISBN:** 978-958-5518-49-0

ALMEIDA, M.G. Política de protección de recursos florestales y agroextrativistas en el estado del Amapá-Brasil

Conclusão sobre o segmento pesquisa

Considero muito positivo os 3 artigos que foram gerados e publicados, assim como o interesse dos mestrandos. A pandemia do coronavírus foi um entrave para o avanço da pesquisa pessoal e na continuidade da pesquisa empírica com os discentes. No ano 2020 aproveitei para a revisão de material coletado, revisão de artigos submetidos e tradução para o espanhol. Conto em 2021, com a retomada de trabalhos de campo ainda nos assentamentos, novas entrevistas aos presidentes de associações, órgãos estaduais e federais para a pesquisa secundária. O objetivo será analisar a condição



CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Endereço: SBN Quadra 02 Lote 06 Bloco L, CEP 70040-020, Brasília – DF

de subalternidade no contexto da covid- 19. No caso das populações indígenas as entrevistas em suas áreas dependerão da autorização da Funai para a situação atual. Neste caso, restringirei as entrevistas aqueles que estarão hospedados na Casa Indígena em Macapá e, com o objetivo já exposto.

Procurarei efetuar uma inclusão/participação/colaboração no Observatório de Desenvolvimento Regional, que pretende atuar como incubadora de políticas públicas para o Estado e municípios.

No que diz respeito ao Projeto do Procad “Estratégias de Desenvolvimento Regional e as Dinâmicas Territoriais do Amapá e Tocantins” será feito um levantamento bibliográfico sobre este tema, nos Programas de Mestrado e Doutorado nas Ciências Sociais, Humanas e Econômicas da UFT e Unifap. Com base nele será feita uma análise crítica e prospectiva sobre o desenvolvimento regional e as dinâmicas territoriais nos dois estados. Planejo envolver discentes neste procedimento metodológico.

Segmento de apoio a Pro- Reitoria de Pós-Graduação

Colaboração com a Pos-Graduação da Unifap 25/02 a 08/03. no processo de preenchimento da Plataforma Sucupira para a Capes. Reunião com a Pró-Reitora de Pós-Graduação, profa. Dra.. Amanda S. Fecury e o prof. Dr. Fernando Medeiros, o Coordenador da Pós-Graduação para a discussão sobre os procedimentos. Foi feita a leitura e recomendações dos seguintes Relatórios: Mestrado Profissional de Estudos de Fronteira, Mestrado de Desenvolvimento Regional, Mestrado de Ciências Ambientais, Mestrado de Ciências da Saúde e Mestr. Em 2020 novamente colaborei na leitura e recomendações dos relatórios de mesmos Mestrados.

Colaboração, em junho de 2020, no Projeto de Consolidação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGMDR e do Programa de Pós Graduação em Educação submetido ao Edital CAPES N^o 13/2020

Conclusões

Avalio como bastante positivo o que foi realizado. Há dificuldades, porém, a Coordenação do MDR tem feito esforços e empenho para executar o Procad, nas atividades previstas e inclusive dando o apoio necessário para eu realizar as atividades de pesquisa.

Para uma continuidade do Plano de Trabalho como professora visitante sênior, ressaltaria:

Colaborar nos conteúdos das disciplinas e propor a oferta de um tópico optativo (32 hrs) na grade curricular sobre *A redação científica de dissertações e de artigos*. Seria ofertada por mim.



CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Endereço: SBN Quadra 02 Lote 06 Bloco L, CEP 70040-020, Brasília – DF

Insistir na organização do Seminário interno do Mestrado- SIM, colaborando na coordenação e organização do mesmo.

Participação em bancas, co-orientação.

Inclusão/participação/colaboração no Observatório de Desenvolvimento Regional, que pretende atuar como incubadora de políticas públicas para o Estado e municípios.

A avaliação do MDR, face à realização do Procad, procurando identificar os ganhos e transformações capazes de apontar novas ideias e realizações para implementar e trazerem melhoramentos ao MDR.

A participação no ajuste da Plataforma Sucupira.

Contribuição em editais e elaboração de projetos para serem submetidos.

Colaboração na organização e publicação de livro e ou revistas vinculados ao Procad;

Avanços no projeto individual de maneira a trazer mais conhecimentos sobre os povos subalternos do Amapá, de forma a contribuir em ações sociais, ambientais e econômicas nas políticas do Estado.

Inclusão/colaboração no grande tema do Projeto do Procad. “Estratégias de Desenvolvimento Regional e as Dinâmicas Territoriais do Amapá e Tocantins”, produzindo uma leitura analítica de materiais dos bancos de teses e dissertações das universidades do AP e TO.

Macapá, 11 de Fevereiro de 2021


Maria Geralda de Almeida



CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
Endereço: SBN Quadra 02 Lote 06 Bloco L, CEP 70040-020, Brasília – DF

ANEXO I

Relatório Parcial das Atividades Desenvolvidas pelo Professor Visitante Nacional Sênior (2018/2019)

Edital nº 20/2018 PVNS/Amazônia

I – Resumo das atividades do Professor Visitante na Instituição

Nome do bolsista (professor visitante): MARIA GERALDA DE ALMEIDA
Projeto em que o professor visitante está vinculado: Procad/Amazônia. Edital N° 21/2018. “Construções de Estratégias de Desenvolvimento Regional e as Dinâmicas Territoriais do Amapá e Tocantins: 30 anos de desigualdades e complementaridades” MDR/UNIFAP
E-mail do professor visitante: galmeida@ufg.br

1. O professor visitante está atuando in loco na instituição em que desenvolve o plano de trabalho que justificou sua indicação como participante do programa? Em caso de sim, indicar a data de início das atividades na instituição e em caso de não, justificar o motivo.

Sim

Não

Desde fevereiro de 2019. Permanece entre 15 a 21 dias na UNIFAP, 2 períodos semestrais, com este número de dias, em cada semestre.

2. O professor visitante está dedicando-se ao desenvolvimento das atividades previstas no Plano de Trabalho de modo satisfatório?

Sim

Não

3. O professor visitante está cumprindo com o cronograma de execução das ações propostas? Se não, justifique o motivo.

Sim

Não

Sim, no entanto, ainda não ocorreu a participação em bancas de qualificação e ou defesas, em função da atual crise da Pandemia Covid-19.



4. Existe interesse da Instituição em substituir o professor visitante? Se sim, justifique o motivo.

Sim

Não

II – Resumo do Plano Institucional

1. As atividades do professor visitante estão sendo cumpridas conforme cronograma de execução informado no plano institucional enviado à CAPES? Em caso de negativa, justificar o(s) motivo(s).

Sim

Não

2. Descreva resumidamente as atividades desenvolvidas pelo professor visitante que corroboram com o cumprimento dos objetivos do programa PVNS:

- a) Apoiar a execução de estudos e pesquisas que, em conjunto com plano institucional, contribuam para a criação ou o fortalecimento de programas, além de propiciar a ampliação e a qualificação da produção de conhecimento científico.

1) Unifap – Fevereiro/ março 2019

a) Reuniões com os professores Antonio Sergio M. Filocreão (coordenador do Curso de Mestrado de Desenvolvimento Regional-MDR) e prof. José Francisco C. Ferreira (vice-coordenador), para discutir sobre a contribuição da PVNS para o Programa, apresentando o Plano de Trabalho.

b) Presença na Aula Inaugural do Mestrado de Desenvolvimento Regional-MDR com ex-governador do Estado do Amapá, João Alberto Capiberibe. 11/03/2019

c) Participação de reuniões com os docentes para o Planejamento Estratégico do Mestrado de Desenvolvimento Regional- 27/02/2019 e 12/03/2019

d) Reunião com pós-graduandos do Mestrado Profissional em Estudos de Fronteira dia 28/02/2019

Apresentação do Projeto de Pesquisa *“Povos subalternos no território do Amapá e presenças nos planos de desenvolvimento estadual”* para os pós-graduandos do MDR. UNIFAP. 16 de junho a 05 de julho

2) 03/07/2019. Trabalho de campo no Projeto de Assentamento Agroextrativista de Maracá, com os pos-graduandos Evandro Siqueira, Luan Patrick e Marcileia Lopes.

3) Entrevistas com técnico e lideranças dos movimentos sociais:



- 1) Rogerio C. Flexa-Presidente da Associação dos Agroextrativistas de Maracá
- 2) Aldemir Alves. Associação dos Castanheiros
- 3) Irene Borges. Associação das Mulheres Produtoras do PAE de Maracá.
- 4) Rocilda Xavier .Associação das Mulheres da Foz do Maracá.
- 5) Francinaldo Costa Oliveira- Técnico da Assistência Rural-Rurap.

Unifap- 05 a 28 de outubro

a) Colaboração na disciplina: Ecologia Política, 32 h. (dias 05/ 09 e 10/10) e na realização de uma mesa-redonda com lideranças representativas de movimentos sociais, presidentes de cooperativas. As lideranças foram: Cooperativa Mista Agroextrativista dos Produtores do Vale do Jari - COOPERFLORA (Castanha); Cooperativa Agrícola da Gleba do Matapi - AGROPORTO (açai) e Cooperativa Dourada dos Produtores de Pescados do Município de Santana - DOURADA (Pescado).

b) Ida ao Inra para reforçar o empenho da PNVS em ter os dados para o projeto de pesquisa.

c) Na Organização das Cooperativas do Brasil - OCP/AP participou de uma reunião cuja pauta foi sobre a formação dos consórcios para a compra de equipamentos, sobre capacitações e sobre assistência em Arquitetura e Urbanismo, convidada pelo prof. Jodival M. Costa.

d) Visita ao Centro Integrado de Formação para Pesca e Aquicultura, em Santana, com o prof. Jodival Costa.

- 3 Incentivar a criação e/ou consolidação de linhas de pesquisa e de áreas de concentração no âmbito dos programas de pós-graduação.

02/07/ 2019 reunião com os professores do MDR: Jose Alberto Tostes, Jadson Porto, Marco A. Chagas e o coordenador prof. Antonio Sergio M. Filocreão, na qual a docente recomendou:

- aumentar o número para 2 mestrados por orientador, atualmente sendo um;
- rever a presença, no Mestrado, de docentes que participam de até 4 Cursos de Pós-Graduação. Sugerir discutir a produção e a dedicação em cada Curso para ver a pertinência de manter o professor com este perfil, no MDR;
- estabelecer número de candidatos por linha de pesquisa no processo seletivo e, após a seleção já definir o orientador para avançar na seleção; atualmente o mestrando fica um semestre ou mais sem orientador;
- realizar seminário interno procurando se servir do momento para melhorar as dissertações;



CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
Endereço: SBN Quadra 02 Lote 06 Bloco L, CEP 70040-020, Brasília – DF

- fazer cotas para quilombolas e mestrandos no MDR, processo inexistente na Pós-Graduação da Unifap e que favorece a inserção social do Mestrado;
- procurar envolver em projetos para desenvolvimento destinados aos quilombolas e indígenas para fortalecer a Inserção Social e os pontos fortes do MDR;
- ampliar publicação em periódicos, diversificando a produção centrada em livros e na revista local Pracs.
- Convidou ao prof. Jodival M, Costa para participar do evento Seminário Internacional Sobre Território y Cultura SEMITEC 20 a 23/11 2019 - Rionegro, Antioquia-Colombia.
- Envio para o referido seminário do resumo: “Agroextrativistas assentados: subalternos na política desenvolvimentista no estado do Amapá- Brasil”. Posteriormente, em janeiro, envio do artigo em espanhol, publicação em um livro.

4 Contribuir para o desenvolvimento de planos, programas e projetos que propiciem a implementação de ações de articulação das redes de cooperação apoiadas pelo PROCAD/Amazônia.

- a) **Contribuição à produção de mestrandos.** Incentivo à participação em evento com apresentação de trabalhos. TURISMO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN), SANTANA, AP. Luan Patrick dos Santos Silva, **Evandro Freitas Siqueira**-Funap/MDR. Maria Geralda de Almeida. Seminário Internacional da Rede TP3., Belem-PA, 7 de novembro 2019.
- b) Produção de artigo para participação do Seminário PROCAD-Palmas, 27 a 29 novembro 2019, mestrandos do MDR/Funap. Mariléia do Socorro da Rocha Campos Lopes: **Luan Patrick dos Santos Silva**, Evandro Freitas Siqueira e Maria Geralda de Almeida, AGROEXTRATIVISTAS ASSENTADOS DE MARACÁ: E SUAS PERCEPÇÕES DA POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA NO ESTADO DO AMAPÁ – BRASIL Este artigo será publicado em um livro.
- c) Participação do evento PROCAD-Palmas, em 27 a 29 novembro 2019 e reuniões dos coordenadores do Procad para avaliação e programação das atividades 2020.
- d) Envio de edital IPEA- bolsa para mestrandos- para Lucia Tereza Ribeiro.
- e) Para a coordenação do MDR alertando para o edital da Capes- Portugal, [Edital nº 22/2019](#) que trata do Programa [CAPES-FCT](#).
- f) Apresentação ao Coordenador e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação dos professores franceses Theo Jacob e Catherine Aubertin para possível colaboração no MDR como prof. Visitante



CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
Endereço: SBN Quadra 02 Lote 06 Bloco L, CEP 70040-020, Brasília – DF

estrangeiro.

5 Houve alteração na proposta institucional enviada à CAPES? Se sim, informar quais.

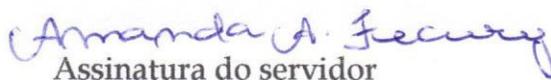
As alterações ocorreram na não realização da proposta de Colóquios e Encontros, na não participação de qualificação e defesa e na oferta de duas disciplinas por ano.

Justificativa: Não houve aceitação de realizar os colóquios e encontros com os mestrandos, tendo em vista as incertezas geradas pela Pandemia Covid-19. Pela razão de o PPP do Programa e o Regimento Interno terem sido reformulados, aguardando aprovação pelo CONSU/UNIFAP, não foi possível ofertar mais de uma disciplina, assim como não houve, ainda, qualificações e defesas, dado que a Suspensão do Calendário Acadêmico, em função da Pandemia Covid-19, impossibilitou, até ao momento, a sua realização.

6 Avaliação da Pró-Reitoria sobre os resultados obtidos.

A prof^a Dr^a MARIA GERALDA DE ALMEIDA tem contribuído de forma efetiva nos programas de Pós-graduação ao qual está vinculada, auxiliando na formação de recursos humanos no Estado do Amapá, além de possuir rede de pesquisa favorável à integração regional e internacional para possível colaboração. A docente demonstra interesse e expertise na área de atuação, assim como disponibilidade em auxiliar os cursos além do qual está vinculada e prestou consultoria voluntária aos demais cursos da instituição no preenchimento da Plataforma Sucupira. A docente apresenta desenvolvimento satisfatório das atividades elencadas no plano de trabalho. Esta Pró-reitoria, em concordância com os coordenadores do curso ao qual a docente está vinculada, assim como seu colegiado, manifestam interesse na renovação da bolsa da referida professora.

Macapá, 29 de abril de 2020.


Assinatura do servidor

Prof.^a Dra. Amanda Fecury
UNIFAP 2039588

Assinatura da Pró-Reitoria de Pós-Graduação